

I Congresso Brasileiro  
**PSICOLOGIA:**  
Ciência e Profissão

Psicólogo, venha participar  
do encontro de toda a  
Psicologia brasileira



**DATA**

De 01 a 05 de setembro de 2002

**LOCAL**

Campus da Universidade de São Paulo/USP, Cidade Universitária  
Maiores informações no [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br) ou no [www.apsi.org.br](http://www.apsi.org.br)



**REALIZAÇÃO**

**Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira**

ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia  
ABOP – Associação Brasileira de Orientadores Profissionais  
ABPJ – Associação Brasileira de Psicologia Jurídica  
ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional  
ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social  
ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia  
CFP – Conselho Federal de Psicologia  
CONEP – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia  
FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos  
IBAP – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica  
SBPD – Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento  
SBPH – Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar  
SBPOT – Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho  
SBPP – Sociedade Brasileira de Psicologia Política  
SBRo – Sociedade Brasileira de Rorschach

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 133 • julho | setembro 2002



**Psicologia 40 anos: hora de construir o futuro!**



02 **Editorial**

**Cartas** 03

**Conversando com o psicólogo** Nova resolução define a acupuntura como recurso da Psicologia 04

05 **Orientação** Os cuidados a se tomar para evitar o exercício ilegal da profissão

**Questões Éticas** Entenda as etapas de um processo ético 06

07 **Formação** O baixo número de projetos de iniciação científica durante a graduação do psicólogo

**Ciência e Profissão** 08 Conheça o perfil dos trabalhos apresentados no evento

09 **Políticas Públicas** Evento redefine a relação entre justiça e saúde mental

10 **Seção Aberta** A cara da Psicologia no Estado de São Paulo

**Um mundo melhor é possível** A nova organização do Fórum Social Mundial 13

14 **Nuestra América Latina** A Alca como forma de hegemonia norte-americana

**Livros** 16 Maria Antonieta P. Motta, autora do livro "Mães Abandonadas: Entrega de um Filho em Adoção" responde à resenha sobre o seu livro, publicada na edição 131

**Mural** 19 Novos programas "Diversidade" e o Concurso de Provas e Títulos do registro de especialistas

18 **Agenda**



**Conselho Regional de Psicologia SP**

**Psj** *Jornal de Psicologia CRP SP* é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**

Presidente | Ana Mercês Bahia Bock  
Vice-presidente | Wanda Maria Junqueira de Aguiar  
Secretária | Mariângela Aoki  
Tesoureiro | André Isnard Leonardi

**Conselheiros efetivos**

Chica Hatakeyama Guimarães; Elcio dos Santos Sequeira; Elcimar Meire da Rocha Mantovani; Elisa Zanerato Rosa; Inêz Guimarães Pistelli; Kátia Rubio; Maria da Graça Marchina Gonçalves; Rachel Contrucci Alvim; Rafaela Aparecida Cocchiola; Rogério Izidoro Duran; Sérgio Antonio da Silva Leite

**Conselheiros suplentes**

Adalberto Botarelli; Ana Gabriela Pedrosa Andriani; Ana Paula Pereira Jardim; Carla Bertuol; Débora Cristina Fonseca; Ednilton José Santa Rosa; Eliana Aparecida Moura Silveira; Fátima Regina Riani Costa Taino; João Bosco Alves de Sousa; Maria José Medjina da Rocha Berto; Vânia Conselheiro Sequeira

**Gerente-geral** Diógenes Pepe

**Comissão de Comunicação**

Coordenador | Sérgio Antonio da Silva Leite  
Membros | Kátia Rubio, Elisa Sayeg

**Edição e textos** Cristiano Tsonis (MTB 30748)

**Revisão de textos** Cláudia Padovani

**Projeto gráfico e Editoração** Fonte Design (11) 3081 5892

**Ilustrações** Juliana Migueletto | Cláudia Gil

**Impressão** Gráfica BMK Pró Indústria Gráfica Ltda.

**Tiragem** 55.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

**Sede CRP SP**

Rua Arnuda Alvim, 89, Jardim América  
cep 05410-020 São Paulo - SP  
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

**E-mails**

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br  
Diretoria | direcao@crpsp.org.br  
Informações | info@crpsp.org.br  
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br  
Administração | admin@crpsp.org.br  
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br  
Site | http://www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP SP**

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932  
Bauri | tel. (14) 223 3147, 223 6020  
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516  
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377  
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000  
Santos | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441  
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047  
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

À direita, João Carvalhaes, psicólogo pioneiro da Psicologia do Esporte.



“A Alca não tem entre suas metas o desenvolvimento econômico ou social dos países do continente, mas simplesmente visa propiciar às empresas da região a possibilidade de atuar em todo o continente com vantagens superiores.

Ora, isso beneficiará preponderantemente as grandes empresas e principalmente as norte-americanas, mas sobretudo aquelas que ainda não possuem operações em nosso país.”

Paulo R. Feldmannpro, economista e membro da Assoc. Brasileira de Empresários pela Cidadania. “Folha de S. Paulo”, 08/07/2002

“Não há nada que faça suspeitar tanto, dizia Francis Bacon, quanto saber pouco. No caso das negociações da Alca, o pouco saber tem alimentado desconfianças quanto à capacidade do Brasil para concluir uma negociação vantajosa.”

Celso Lafer, ministro das Relações Exteriores. “Folha de S. Paulo”, 30/06/2002

“A realização de pesquisas científicas de alto nível, a formação de pesquisadores competentes e a elaboração de teses acadêmicas constituem funções altamente relevantes e mesmo imprescindíveis para o nosso progresso.”

Samuel Murgel Branco, professor titular da USP. “Estado de S. Paulo”, 02/04/2002

“Uma das prioridades da pró-reitoria da Usp é estimular a interação entre pesquisa e graduação. Não na pós-graduação, onde já existe muito. Mas na graduação, onde a situação é diferente. Temos estudantes que têm bolsa de iniciação científica e oportunidade de fazer pesquisa. Mas existe uma grande massa que não aproveita essa oportunidade. É preciso chamar a atenção dos estudantes para a importância dessa atividade.”

Luiz Nunes de Oliveira, pró-reitor de Pesquisa da USP. “Estado de S. Paulo”, 27/01/2002



## Setembro

|05 a 08| **VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**  
Organização: Universidade Católica de Pernambuco. Local: Recife Palace Hotel. Informações: (81) 3465-8594 / 3466-5551 / 3466-4723  
e-mail: cejem@elogica.com.br ou cejem@ig.com.br

|21| **Simpósio de Psicologia Hospitalar da Santa Casa de São Paulo**  
Organização: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – Serviço de Psicologia Hospitalar. Local: Hotel Eldorado Higienópolis, Rua Marquês de Itu, 836, São Paulo. Horário: das 8h00 às 18h00. Informações e inscrições: (11) 5626-0040 ou 5524-6788, ramal 102

|26 a 29| **XI Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental**  
Organização: ABPMC. Local: Faculdade Teológica Sul-americana, Londrina, PR. Informações: (43) 327-4133.

|27 a 29| **II Jornada Paulista sobre o Luto**  
Organização: Instituto 4 Estações. Local: Rua Caçapava, 130, São Paulo, SP. Informações: (11) 3052-4925 ou 3891-2576  
e-mail: jornada@4estacoes.com  
site: www.4estacoes.com

## Outubro

|02 a 23| **Curso de Técnicas e Elaboração de Laudos Psicológicos**  
Coordenação: Casa do psicólogo  
Horário: quartas-feiras, das 19h30 às 21h30. Informações:  
e-mail: casapsi@uol.com.br  
site: www.casadopsicologo.com.br

|8 a 10| **V Simpósio de Ciências Aplicadas**  
Organização: Associação Cultural e Educacional de Garça. Informações: 0800-168554,  
site: www.faeef.br/simposio

|10 a 13| **VI Congresso Brasileiro de Psicologia Hospitalar.**  
Organização: Centro de Psicoterapia Existencial. Local: Hotel Ca'Doro, São Paulo, SP. Informações: (11) 3258-7489 / 3256-7422  
e-mail: psicoexistencial@terra.com.br

|17 e 18| **IV Colóquio do Lepsi: "Os adultos, seus saberes e a infância"**  
Organização: Lepsi – Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância. Local: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Informações: (11) 3815-2519 ou (11) 3091-3574; site: www.fe.usp.br/laboratorios/lepsi  
e-mail: lepsi@fe.usp.br

|26 e 27| **VI Colóquio Winnicott – Masculino e Feminino**  
Realização: COGEAE – PUC-SP. Local: Rua Caio Prado, 102, São Paulo, SP. Informações: (11) 3873-3155,  
e-mail: natureza@that.com.br  
site: www.cle.unicamp.br/grupofpp/

## Novembro

|14 a 17| **I Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos**  
Local: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo. Informações:  
congreso@madres.org.

|20 a 23| **II Encontro Latino-americano de Alternativas em Psicologia**  
Organização: Associação Mexicana de Alternativas em Psicologia. Local: Puebla, México. Informações:  
amapsi@hotmail.com

|24 e 25| **XII Jornadas Clínicas: De Onde Vêm os Analistas**  
Organização: Escola Brasileira de Psicanálise e Escola de Campo Freudiana/RJ  
Local: Auditório do RDC - PUC-RJ. Informações e inscrições: (21) 2539-0960/2539-2723/2539-2724

# Psicólogo! Participe dos eventos comemorativos dos 40 anos de Psicologia!

## Setembro

|19| **Debate – Desafios da Reforma Psiquiátrica hoje**  
Local: Auditório do CRP SP. Horário: 19h30. Convidados da mesa: Rosemeire Aparecida da Silva – psicóloga, conselheira do Conselho Federal de Psicologia, especialista em Saúde Mental e militante do Movimento Antimanicomial; Florianita Coelho Braga Campos – psicóloga, doutora em Saúde Coletiva pela UNICAMP, professora e supervisora de Psicologia Clínica em Saúde Pública da PUC-Campinas e coordenadora do Programa de Saúde Mental do Município de Campinas; Odette de Godoy Pinheiro – psicóloga, doutora em Psicologia Social pela PUC, professora e supervisora do Curso de Psicologia da PUC-SP e coordenadora da Comissão Estadual de Reforma em

Saúde Mental / Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo; Geraldo Peixoto – vice-presidente da Associação Franco Basaglia, militante do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e membro da Comissão Estadual de Reforma em Saúde Mental / Secretariada Saúde do Estado de São Paulo

## Outubro\*

**2º Debate do Ciclo Justiça e Saúde Mental: Fronteiras Conceituais e Práticas. Comissão da Criança e Adolescente do CRP SP**  
**Debate – Contribuições da Psicologia para uma educação com qualidade**

## Novembro\*

**Debate – Preconceito racial humilha, humilhação social faz sofrer**  
**Seminário Controle Social – Compromisso da Psicologia na construção de políticas públicas**

## Dezembro\*

**Debate – Práticas não convencionais em Psicologia, para quê?**  
\* Os eventos previstos para esses meses ainda terão a sua programação definida. Informe-se!

## Atenção:

**Auditório do CRP SP**  
Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo, SP  
Informações: (11) 3061-9494  
e-mail: info@crpsp.org.br | site: www.crpsp.org.br





# Parabéns, psicólogo! Parabéns, Psicologia!

40 anos de existência. A Lei 4.119 que, em 27 de agosto de 1962 regulamentou a profissão, foi fruto de reivindicações, trabalho coletivo e organização dos psicólogos que, naquele momento, percebiam a necessidade de a Psicologia se instituir, na sociedade brasileira como uma profissão regulamentada.

Nesses 40 anos, a Psicologia avançou na produção do seu saber, do seu fazer e na organização dos profissionais. Progrediu ampliando a diversidade de suas práticas e de suas áreas e o número de profissionais e de entidades. É preciso, nestes 40 anos, comemorar. É preciso reconhecer a luta dos pioneiros; é necessário

reconhecer o caminho feito. Aproveitamos este editorial para homenagear nossos companheiros que, em 1962, lutaram pela Lei 4.119. É preciso, nestes 40 anos, construir e defender um projeto para o futuro da Psicologia.

O I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão deve ser considerado por nós a expressão desse projeto: Psicologia - ciência e profissão; Psicologia - união de 15 entidades nacionais na construção de um evento; Psicologia - dez mil psicólogos, professores e estudantes de Psicologia juntos, em debate; Psicologia - diversidade; Psicologia - compromisso.

Parece incrível, mas vamos comemorar nossos 40 anos com dez mil pessoas! Dez mil profissionais e estudantes que vão dizer de seus saberes, seus fazeres, suas dúvidas, suas idéias, todos no âmbito da Psicologia. Vamos juntos imaginar o que representa isso para nós. Nunca tivemos nada igual. Nunca nenhum espaço aglutinou tantas idéias em Psicologia no Brasil. Nunca houve uma expressão tamanha de compromisso com um futuro da Psicologia.

40 anos em um ano eleitoral. Um ano eleitoral é sempre um momento de debate de projetos para a sociedade. 40 anos é uma idade de maturidade que exige o debate do projeto de futuro. Estaremos refletindo e escolhendo um projeto para a sociedade e para a profissão. E uma coisa está imbricada com a outra: não adianta pensar um futuro de compromisso social para a profissão se não escolhermos também um projeto para a sociedade que proponha melhores condições de vida.

Talvez possamos pensar que são momentos como esse que denominamos de "limiar do futuro". É hora de pensar e querer um futuro!

**Psicologia**, te queremos forte, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira! **Psicologia**, te queremos organizada e unida, porém diversificada! **Psicologia**, te queremos competente e ética! Te queremos acessível, a serviço do fim da desigualdade social no Brasil! **Psicologia**, te queremos brasileira e latino-americana!

**Brasil**, te queremos igual e fraterno! **Brasil**, te queremos feliz e sem violência! Te queremos de todos os brasileiros! **Brasil**, te queremos unido à América Latina!

40 anos: é hora de querer, sonhar e construir projetos coletivos para a Psicologia, como ciência e profissão; é hora de homenagear nossa profissão e nossa ciência, transformando nossos sonhos e projetos em realidade. É hora de começar o futuro! ●





## Ribeirão Preto

A subseção de Ribeirão Preto engloba 68 municípios, contando com 2.281 psicólogos. Verifica-se, na região, uma importante participação em órgãos de Controle Social, nos quais a Psicologia tem levado a sua contribuição ao realizar discussões fundamentais sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente e sobre o modelo de atendimento na saúde pública municipal.

A subseção estabeleceu parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em eventos sobre o ECA e sobre a redução da idade penal. Além disso, participou ativamente nas discussões do Conselho Municipal de Saúde, que culminaram na participação e na organização da Conferência Municipal de Saúde, com a aprovação das teses que procuram garantir o pleno funcionamento da política do SUS. A subseção tem sido fundamental na implementação do Naps em Ribeirão Preto e no apoio ao movimento de Luta Antimanicomial.

## Assis

A Subseção de Assis abrange 105 município, totalizando 1.349 psicólogos. A Psicologia nessa região teve seu marco inicial, na década de 70, com a instalação do curso de Psicologia, no Campus da Unesp - Assis, uma universidade que sempre marcou seu compromisso na inserção comunitária. O aumento das universidades e dos cursos na região tem sido o responsável pelo crescimento de psicólogos na região da Subseção de Assis.

Destaca-se que a Psicologia construiu e vem construindo ações em diferentes campos, como saúde, educação, ação social, judiciário, trabalho, infância e juventude e trânsito, e também implementando projetos que buscam um maior compromisso social, saindo da prática remediativa e visando instrumentos com ações preventivas e práticas que efetuem atendimentos a coletividade e não ao indivíduo. Percebe-se que o psicólogo tem atuado cada vez mais na rede pública e também junto aos Sistemas Penitenciários, visto a grande e crescente implantação dessas instituições em todo o interior do Estado. ●

## A promulgação da Lei 4119

No dia 27 de agosto comemorou-se o Dia do Psicólogo. Nessa data, há exatos 40 anos, foi promulgada a Lei 4119, que regulamentou a profissão de psicólogo no Brasil. Inicialmente, os psicólogos uniram-se, através da Sociedade de Psicologia de São Paulo e na Divisão de Psicologia da Personalidade, para trabalhar pelo reconhecimento da Psicologia. Nessa época, tramitava no Congresso Nacional um primeiro projeto de lei, apresentado por um grupo de médicos, que propunha que os psicólogos atuassem como auxiliares destes profissionais.

Entendendo que o projeto impunha limitações às atividades dos psicólogos, formou-se um grupo de trabalho, na divisão de Psicologia da Personalidade, para apresentar emendas. A partir daí, o debate foi ampliado para outras instituições - tais como o IDORT, as PUCs de São Paulo e Rio de Janeiro e o ISOP - que passaram a contribuir na produção do "substitutivo dos paulistas", como ficou conhecida a proposta de reformulação do projeto de lei. O substitutivo, que se tornou a Lei 4119, foi apresentada pelo deputado federal Adauto Lúcio Cardoso.

## 40 anos de Psicologia: orgulho e alegria

Estamos comemorando, neste ano, 40 anos de profissão. Além das de todas atividades e discussões que estão ocorrendo, o CRP SP decidiu incluir entre as comemorações algo mais descontraído. Psicólogo VAMOS COMEMORAR GARGALHANDO E POEMANDO!

Se você tem uma poesia, piada, papo furado, pedido de perdão, pagode, tudo com "P" sobre Psicologia ou psicólogos(as), entre no site do Conselho ([www.crpsp.org.br](http://www.crpsp.org.br)) e mande para nós. A manifestação será divulgada no site durante todo o segundo semestre deste ano. VAMOS GARGALHAR E POEMAR para comemorar 40 anos. 40 anos é uma idade amadurecida e já podemos pensar poeticamente nossa profissão e também rir dela.

Valeu! Parabéns a todos pelos 40 anos de profissão!



## Títulos de especialistas traçam o perfil da Psicologia

Atualmente, um dos aspectos importantes na inserção da Psicologia na sociedade brasileira é a possibilidade da prestação de serviços especializados, respondendo a demandas específicas da sociedade. Especializações demonstram desenvolvimento de uma área do saber. Dessa forma, observar os números dos registros de especialistas que chegaram ao CRP SP neste ano, pode ser um dado importante para a avaliação de nossa profissão. Seguem os dados:

| Especialidade                | Quantidade | Porcentagem |
|------------------------------|------------|-------------|
| Clínica                      | 3.972      | 57,24%      |
| Escolar/Educacional          | 760        | 10,95%      |
| Organizacional e do Trabalho | 673        | 9,69%       |
| Hospitalar                   | 603        | 8,69%       |
| Jurídica                     | 392        | 5,65%       |
| Trânsito                     | 310        | 4,46%       |
| Psicopedagogia               | 141        | 2,06%       |
| Psicomotricidade             | 72         | 1,03%       |
| Esporte                      | 16         | 0,23%       |
| total                        | 6939       | 100%        |



# Ciclo de debates busca redefinir as fronteiras entre a justiça e a saúde mental

A relação entre os atores do sistema de justiça e os profissionais de saúde mental vem mudando nos últimos anos, especialmente na área da infância e da adolescência. Se, historicamente, predominou uma aliança entre a psiquiatria e a justiça para o controle e para a intervenção sobre os "menores", a aprovação do Estatuto do Adolescente e da Criança (ECA) provocou uma profunda alteração nessa relação entre o Direito e a Psicologia ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos especiais, tendo em vista sua condição peculiar de desenvolvimento. Cabe ao mundo adulto assegurar os dispositivos de proteção para que crianças e adolescentes possam ter direito a ser, a crescer e a se desenvolver. Colocam-se então novos desafios na relação entre o âmbito da subjetividade e o âmbito da lei.

Preocupado em redesenhar a fronteira entre esses dois campos, o Conselho está promovendo o ciclo de debates "Justiça e Saúde Mental: Fronteiras Conceituais e Práticas". Cristina Vicentin, membro da Comissão da Criança e do Adolescente do CRP SP, comenta que o ciclo "pretende consolidar a dimensão transdisciplinar nas questões pertinentes à infância e à juventude e mobilizar os profissionais que atuam nessa área com vistas à reflexão e à proposição de parâmetros especialmente nas situações conflitivas ou indefinidas na fronteira saúde - Justiça".

O primeiro evento desse ciclo, ocorrido em 25 de junho de 2002, intitulou-se "Predizendo o futuro: impasses e responsabilidades do direito e das ciências "psi" junto ao jovem em conflito com a lei". Abordou o aumento da demanda por avaliações psiquiátricas para os jovens internos na Febem e a crescente "patologização" do adolescente, na contramão da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente, que entende que boa parte da construção deste futuro depende de uma aposta socioeducativa. "Prevê-se o futuro" quando os diagnósticos psiquiátricos de periculosidade social ou de personalidade anti-social selam qualquer direito do jovem a ter futuro.

O procurador de Assistência Judiciária, Flávio Frasseto, apresentou para o debate um caso paradigmático de uma situação que tem se tornado freqüente nas varas da infância e da juventude. O Poder Judiciário, por meio de juízes e promotores, tem solicitado a psiquiatras que emitam laudos definindo se o jovem infrator apresenta transtorno de conduta ou personalidade anti-social, configurando-se uma nova exigência para que muitos in-

ternos - com pareceres favoráveis das equipes técnicas que os acompanham - possam ser liberados.

Frasseto conta: "Um adolescente de 16 anos foi praticar um roubo, durante o qual, supondo reação da vítima, nela disparou. Recebeu medida de internação. Um ano e dois meses depois, a equipe técnica da Febem entendeu que ele estava apto a retornar à vida social, sendo acompanhado através de uma medida mais branda. O juiz então houve por bem pedir a reavaliação do caso pela equipe técnica do juízo (...) que não deu um parecer nem totalmente favorável, nem totalmente contrário à desinternação (...) em razão dessa posição, foi solicitado ao psiquiatra da Febem que fizesse uma avaliação psiquiátrica do caso. Veio a avaliação apontando a existência de um transtorno de conduta (...) o juiz houve por bem pedir uma segunda avaliação psiquiátrica e acionou o Instituto de Medicina Social e Criminologia (Imesc). (...) a Febem encaminhou um outro relatório, sugerindo novamente a desinternação do menino (...) Mas o juiz já havia encomendado a avaliação pelo Imesc, decidiu mantê-lo até que ela viesse, diagnosticando transtorno anti-social de personalidade...o jovem foi, então, mantido internado." Para debater o caso e as questões que ele desdobra, foram convidados: Virgílio Mattos, professor de Direito e Processo Penal, especialista em Ciências Penais, de Belo Horizonte; Edson Engels, psiquiatra e psicoterapeuta, e Sílvia Emilia Espósito, psicóloga e psicanalista.

Uma das interrogações centrais do debate, colocada por Flávio Frasseto, é se "há lugar para um diagnóstico de tal natureza em um processo de execução de medida socio-educativa considerando os princípios éticos da lei em vigor?". O professor Virgílio Mattos indagou à platéia sobre a

ciência psiquiátrica que ainda hoje mantém o fantasma da periculosidade, um dos temas da psiquiatria do século XVI. Já o dr. Edson Engels, afirmou que "existe sim a razão da periculosidade e ela é medianamente previsível...". A psicanalista Sílvia Espósito refletiu: "... se o sujeito não colocar em questão a sua relação com o ato, não questionar a sua responsabilidade, ele não assentirá à punição, embora possa cumprir o castigo. Mas o que podemos pensar quando é o Estado que faz essa imputação de responsabilidade sob o ponto de vista coletivo?..."

A Comissão da Criança e do Adolescente reitera essa questão, pois se o ECA "propõe a responsabilização do jovem, associada a um processo socioeducativo que permita que ele construa outra trajetória de vida, ou seja, se faz uma aposta no futuro, é contraditório fechar uma posição quanto ao futuro desse jovem por meio de um laudo psiquiátrico taxativo. Com que autoridade podemos predizer o futuro de alguém?", indaga Stella Maris Chebli. ●

## O que diz o ECA?

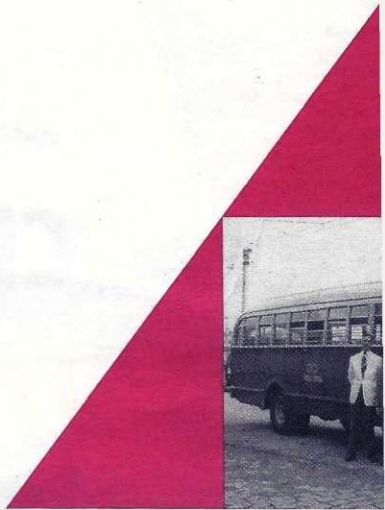
*Pessoas com idade entre 12 e 18 anos que praticam crime estão submetidas a sanções previstas no ECA, chamadas medidas socioeducativas. Tais sanções podem ser cumpridas até que o autor da infração complete 21 anos. Uma delas é a internação, que implica privação de liberdade, em instituições específicas. O ECA estabelece que a medida de internação não tem um tempo determinado, mas ela não pode durar mais de três anos. O momento exato da sua saída será definido por decisão judicial.*

## Fique atento!

O ciclo de debates "Justiça e Saúde Mental: Fronteiras Conceituais e Práticas" terá continuidade em breve, trazendo outros temas para serem discutidos. Entre em contato conosco para maiores informações! (11) 3061-9494.



# Psicologia 40 anos: a cara do compromisso social em São Paulo



**A** Psicologia faz 40 anos no próximo dia 27 de agosto. São 40 anos de muito trabalho para que a Psicologia se institua forte e competente na sociedade brasileira, como ciência e como profissão. “A Psicologia teve dificuldade em se constituir enquanto profissão; nesse sentido, gerou pelo menos em alguns setores, um profissional muito combativo. As transformações sociais acarretaram uma evolução da profissão”, analisa Sílvia Lezer de Mello, profa. do departamento de Psicologia Social da USP. Nesse momento de comemoração, o profissional deve, portanto, fazer as seguintes indagações: “qual a profissão que queremos? Onde ela se insere na vida social? Em que momento ela promove o bem-estar das pessoas?”, continua.

Nessas quatro décadas, a Psicologia tem modificado a sua inserção social, saindo dos consultórios, empresas e escritórios para participar ativamente da construção de políticas públicas em várias áreas: saúde, educação, assistência social, transporte, lazer, criança e adolescente e terceira idade. Enfim, são muitos os setores nos quais a Psicologia tem com o que contribuir. Atualmente, existem na capital e em todo o interior de São Paulo, inúmeros psicólogos atuando em órgãos de controle social, sendo que o CRP SP tem organizado encontros que buscam qualificar esses profissionais. Esse é outro ponto importante da inserção da profissão, através do trabalho no controle dos serviços prestados à população.

Outro setor de intervenção dos psicólogos é a luta pelos Direitos Humanos. Os Conselhos de Psicologia mantêm uma Comissão Permanente de Direitos Humanos e uma Comissão da Criança e do Adolescente, que, respectivamente, promovem as campanhas “O Preconceito Racial humilha, a humilhação social faz sofrer” e “Contra a Redução da Idade Penal”. Essas campanhas têm mobilizado psicólogos do país inteiro e proporcionado espaços de lutas contra a injustiça e a discriminação social. Além disso, o CRP SP, assim como os outros Conselhos de Psicologia, tem alcançado grande representatividade dentro da sociedade. Torna-se cada vez mais comum o fato de órgãos públicos pedirem auxílio ao Conselho, quando da implementação de algum serviço ou da formulação de legislações.

“Os psicólogos, em todo Estado de SP, vão, aos poucos, desenvolvendo uma melhor clareza de seu papel social e da possibilidade crítica da profissão. Debater o papel da Psicologia na sociedade, nos entendermos incluídos na América Latina e discutirmos a Alca, demonstram o alcance de nosso trabalho. Enfrentar o preconceito racial, lutar pelos direitos humanos e pela reforma psiquiátrica é apropriar-se da realidade brasileira e poder contribuir para o desenvolvimento de uma Psicologia comprometida com as reais necessidades da maioria da população brasileira”, conclui Ana Bock, presidente do CRP SP.

Sílvia Lezer aponta para a existência de “uma vanguarda profissional, consciente e politizada, que sempre pensou a profissão na sua inserção social. Existem questões muito claramente ligadas à Psicologia – a luta antimanicomial por exemplo – nas quais o profissional que se envolve tem que ter consciência do espaço que a profissão pode preencher”. Porém Sílvia faz uma ressalva. “Em certos setores eu ainda não vejo uma disposição para mudanças e para compreender um outro papel que a Psicologia poderia ter na sociedade”.

Em São Paulo, estado que concentra a grande maioria de psicólogos do país – atualmente estão registrados 48 mil profissionais, sendo que apenas na região da sede, existem 29.268 psicólogos –, a profissão solidificou-se de diferentes maneiras, de acordo com as características locais. Veja a seguir, uma descrição do que a Psicologia tem produzido em todas as regiões do interior de São Paulo.

## São José do Rio Preto

A subseção de São José do Rio Preto engloba 65 municípios, contando com 1.119 psicólogos ativos. No município de São José encontram-se psicólogos presentes em todos os setores do seu serviço público. Porém, várias cidades da região sofrem com a carência de serviços psicológicos. Uma atuação que merece destaque é a participação de psicólogos dentro das faculdades. Na Faculdade de Medicina de Rio Preto (Farmaerp) há a presença de psicólogos na docência da graduação e da pós-graduação do curso de Ciências da Saúde – Medicina e Enfermagem. Além disso, a Coordenação do Aprimoramento e a Diretoria Adjunta dos Alunos está a cargo de psicólogas. Outro trabalho, considerado como modelo para a área é o desenvolvido pelo programa de redução de danos em DST/AIDS “Tá limpo”, que tem como objetivo a distribuição de materiais descartáveis, o atendimento social, jurídico e o treinamento de agentes de saúde. Para a formação de novos profissionais, a região conta com três faculdades – duas delas no município de São José – que graduarão, a partir de 2003, em média, 150 psicólogos por ano.





## Grande ABC

A subseção do Grande ABC engloba 7 municípios, contando com 3.503 psicólogos inscritos. Na região existe um grande envolvimento de psicólogos em órgãos de controle social e no movimento cooperativista. Um exemplo disso foi o incentivo dado pelo CRP SP à discussão que possibilitou a formação dos Fóruns de Educação Inclusiva e de Saúde Mental. Atualmente, a subseção do Grande ABC cede espaço e infra-estrutura para a realização dos encontros desses dois Fóruns. No campo da economia solidária, a cidade de Santo André tem uma experiência muito boa com a Cooperativa de Psicólogos Mutuação, fundada em 2001, que presta atendimento de qualidade para a população da região. Além disso, a subseção tem uma participação no Movimento ABC Para Todos, que congrega entidades, conselhos municipais e demais pessoas interessadas nas questões das pessoas portadoras de deficiência.

## Santos

A subseção de Santos engloba 18 municípios, contando com 1.755 psicólogos ativos. Uma das colaborações da Psicologia para a região foi a sua participação no pioneirismo da cidade de Santos em desospitalizar os usuários de saúde mental. O município foi o primeiro a fechar hospitais psiquiátricos, implantando uma rede substitutiva de atendimento ao manicômio. De 1989 a 1994 foram implantados cinco Núcleos de Atenção Psico-social (NAPS), em diversos pontos da cidade. A presença do psicólogo, como parte integrante das equipes de saúde mental, proporcionou um salto de qualidade no tratamento desses usuários e em sua inclusão social. A história da saúde mental de Santos colocou profissionais e pacientes em posição de igualdade na luta pela cidadania. Centenas de cidades no Brasil seguiram o paradigma dessa política, mas atualmente a própria cidade a tem abandonado.

## Vale do Paraíba

A subseção do Vale do Paraíba engloba 35 municípios, contando com 2.275 psicólogos ativos. A grande maioria dos psicólogos da região desempenha atividades clínicas. Porém, nos últimos oito anos, a exemplo da cidade de Santo André, esses profissionais estão se organizando em cooperativas de trabalho, que permitem um acesso cada vez maior de parcelas da população ao trabalho da Psicologia Clínica. São José dos Campos, Caçapava e Taubaté foram pioneiras nessa iniciativa.

A Psicologia tem contribuído muito com a luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, fazendo parte de importantes instituições e ONGs. Os exemplos são o projeto Aruaí, de São José dos Campos, que realiza um trabalho com meninos e meninas de rua, e o Centro de Referência à Infância e Adolescência, de Guaratinguetá, que atua na intervenção e na prevenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes. Além disso, a Psicologia Jurídica tem um grande desenvolvimento na região em função da grande concentração de presídios nas proximidades de Taubaté. Deve-se salientar, também, a grande defasagem de psicólogos atuando na rede pública de saúde e de educação nos municípios da região.

## Campinas

A subseção de Campinas engloba 83 municípios, contando com 5.663 psicólogos ativos. De um lado, na região, existe um grande número de psicólogos que atuam no serviço público, principalmente nas prefeituras - secretarias de saúde e assistência social. Por outro lado, encontra-se uma enorme carência desses profissionais na área da educação. A cidade de Campinas tem a maioria desses profissionais atuando na área clínica, seguida, respectivamente, pelas áreas organizacional, hospitalar e educacional.

Campinas também é um ótimo exemplo para a área de saúde mental. O grande eixo de atuação é a desospitalização. Duas instituições psiquiátricas da cidade, o Hospital Psiquiátrico Tibiriçá e o Serviço de Saúde Cândido Ferreira, já estão vivendo esse processo. Além disso, à frente da coordenação da política de saúde mental da cidade está uma psicóloga.

## Bauru

A subseção de Bauru engloba 63 municípios, contando com 1.512 psicólogos ativos. A maior concentração está em Bauru, Aracatuba, Lins, Botucatu e Jaú. A Psicologia na região tem um perfil bastante diversificado, embora a predominância ainda esteja na área clínica. Percebe-se uma inserção crescente de psicólogos nas áreas da saúde, por meio da atuação nos Caps, hospitais e prontos-socorros. Na cidade de Bauru, por exemplo, o psicólogo desempenha um importante papel, há mais de 20 anos no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais - o "Centrinho" da USP.

Na educação, a presença ainda está restrita ao setor privado, por meio de uma atuação direta nas escolas privadas, ou atendendo ao setor público, por meio de assessorias. Existe também um considerável número de psicólogos atuando na área de pesquisa, sendo que, quase todos, associam essa atividade à docência, principalmente no ensino superior. O destaque na região é o aumento da atuação e da organização dos psicólogos nos setores jurídico/judiciário e de trânsito. Na área social, a partir das intervenções de universidades, a Psicologia começa a ser reconhecida como um instrumento importante na compreensão da realidade social e na possibilidade de práticas mais comprometidas. A região conta com seis instituições de ensino superior que formam psicólogos.



# Alca:

## a América sob o jugo do capital



O controle sobre a América Latina não é uma ambição recente da política externa norte-americana, mas uma atuação que possui raízes históricas e militares. Basta abrir um livro de história de ensino médio para se deparar com termos como Doutrina Monroe ou política do “big stick” (grande porrete). A primeira – estabelecida, em 2 de dezembro de 1823 pelo presidente James Monroe – continha um discurso oficial de defesa da soberania da América Latina contra os interesses europeus, mas na verdade, era um instrumento acelerador da hegemonia dos Estados Unidos. O “big stick”, levado a cabo pelo presidente Theodore Roosevelt (de 1901 a 1904), propunha uma cooperação para o desenvolvimento comum da América, justificando intervenções militares em outros países, caso seus governos demonstrassem inabilidade em promover justiça interna ou violassem direitos internacionais dos EUA.

Esse panorama arrastou-se por todo o século XX e encontrou o seu ápice no apoio americano às ditaduras militares que, nas décadas de 60 e 70, se espalharam pelos países da América do Sul. Nos últimos anos, essa tentativa de dominação vem desenvolvendo um novo instrumento: a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Com uma população de 800 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 11 milhões, a Alca poderá ser a maior zona de livre comércio do mundo. “Este tratado está ligado a um modelo extremamente excludente e de valorização do capital. A implantação da Alca diz respeito ao futuro do país enquanto nação. Essa proposta hegemônica, que vem

ditando os rumos das negociações, elimina as possibilidades de os países latino-americanos terem um projeto nacional, políticas públicas e uma participação popular de peso”, alerta Paulo Maldos, conselheiro do CFP e representante da instituição na Campanha Nacional Contra a Alca. Os números comprovam a desigualdade nessa relação: os PIBs norte-americano e canadense representam 92% do total de toda a América.

O Conselho Federal de Psicologia integra, juntamente com outras 34 entidades, a coordenação da Campanha Nacional Contra a Alca. Entre outras atividades, a campanha tem como missão realizar um plebiscito para consultar a população brasileira sobre a implantação do tratado (veja box na página ao lado). “A Alca é na realidade um tratado que privilegia o interesse privado sobre o interesse público. Não seria possível criar políticas públicas que privilegiassem setores da sociedade, pois não pode haver discriminação ao capital. Por exemplo, não se poderia estabelecer

uma linha de crédito para as mulheres rurais, que historicamente não têm acesso ao crédito. Dessa forma, os movimentos sociais latinos perderiam muito a sua força de reivindicação”, comenta Sandra Quintela, economista do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), entidade que também faz parte da campanha.

Em uma eventual ALCA, as decisões seriam tomadas em um fórum supranacional, que julgaria se determinada legislação de um país fere o direito da livre circulação de capital. Paulo Maldos adverte para o fato de que as leis de um país ficariam vulneráveis a questionamentos impostos pelas grandes empresas. “Se uma multinacional sentir que teve os seus lucros atingidos por uma legislação específica de um país, seja ambiental seja de saúde pública, ela poderá questionar e derrubar essa legislação.”

Essas situações já podem ser verificadas no bloco de livre comércio entre Canadá, EUA e México – o Nafta. “No México existia uma área de proteção ambiental, onde uma empresa norte-americana descarregava lixo tóxico. Um estado mexicano multou e fechou essa empresa. Ela recorreu ao tribunal, ganhou e voltou a descarregar lixo tóxico na área. O governo teve, ainda, de pagar indenização por perda de lucros esperados e desconstituir a área ambiental”, continua Maldos. A Alca, nos moldes como está sendo gestada, seria uma ampliação da experiência do Nafta.

Além dos prejuízos à soberania nacional, a diversidade cultural e a maneira de

### II Encontro Latino-americano de Alternativas em Psicologia.

Constituição da ULAPSI – União Latino-americana de Entidades de Psicologia.

Data: de 20 a 23 de novembro

Organização: Associação Mexicana de Alternativas em Psicologia. Local: Puebla, México.

Data final para inscrições: 13 de setembro

### Maiores informações:

amapsi@hotmail.com;

rocharr@servidor.unam.mx e

muruetas@servidor.unam.mx



# Pesquisa não está entre as prioridades dos cursos de Psicologia

A realização de pesquisas de iniciação científica, durante a graduação dos alunos de Psicologia, está distante do quadro que poderia ser considerado como ideal. A experiência mostra que um contato prematuro do aluno com a pesquisa, através da iniciação científica, estimula a formação de futuros cientistas. Um relatório publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (ver ao lado gráficos mais detalhados), em 2000, extraído de um questionário respondido pelos alunos de Psicologia durante o Exame Nacional de Cursos (Prova), retrata a situação. Do total de graduandos brasileiros em Psicologia, apenas 10,5% realizaram projetos de pesquisa. "É um problema muito sério. Esse é um índice baixo, se considerarmos que a produção do conhecimento científico deveria ser fundamental para qualquer prática do psicólogo", analisa Sueli Terezinha, vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP).

Para Eda Tassara, profa. do Departamento de Psicologia da USP e coordenadora do Laboratório de Psicologia Social Ambiental e de Intervenção (Lapsi), atualmente "há um consenso de que o ensino e a pesquisa devam caminhar juntos. Acontece que esse caminhar junto é muito difícil, por implicar um compromisso de conteúdos curriculares se adaptarem às exigências que o conhecimento traz junto com a pesquisa. A pesquisa, medida que vai avançando, exige novos aportes curriculares". O dado mais significativo desse relatório refere-se ao tipo de material de consulta e leitura que tem sido mais indicado pelos professores aos alunos. Do total, apenas 2% são artigos de periódicos especializados em pesquisa. Sueli Terezinha acha isso um dado gritante, "pois para aprender a ser pesquisador, o aluno tem de ler relatos de pesquisa e revistas, independentemente da abordagem".

Eda Tassara atua em uma instituição que pode ser considerada um exemplo no campo da produção de conhecimento. Assim como a USP, a grande maioria das universidades que incentivam a pesquisa durante a graduação são federais, estaduais ou municipais. Uma análise superficial no relatório do Inep mostra que, dos alunos que realizam pesquisas durante a graduação, 2/3 frequentavam essas instituições. O problema é que as universidades públicas têm sofrido revezes com a política de sucateamento do ensino público promovida pelo atual governo neoliberal. "As universidades públicas, em geral, têm tido uma preocupação maior com a produção científica. As instituições privadas só começaram a se preocupar com a pesquisa por conta da avaliação do MEC, que é um processo muito recente. Há cinco anos, esses dados eram muito piores", continua Sueli. Cerca de 80% das universidades brasileiras são privadas.

Os motivos que levam a essa situação são variados. "Alguns obstáculos vêm da própria exigência que a relação estreita en-

tre ensino-pesquisa coloca. Às vezes é necessário um repertório que o professor não tem. Principalmente, se na universidade não houver uma liderança de pesquisa já forte, que apresente um paradigma de como pesquisar, como conseguir recursos, como montar laboratório", analisa Eda Tassara. Outro aspecto, citado por Sueli Terezinha, tem relação com a própria história da Psicologia, "que nasceu fundamentalmente com uma profissão liberal, muito mais preocupada com o atendimento clínico e individual. Outras áreas da Psicologia têm ganhado espaço - educação, social e do trabalho - e são elas que estão ajudando a ampliar a possibilidade de pesquisa dentro da graduação".

Outro dado que pode ser identificado, através da análise dos dados do INEP se refere à qualidade das pesquisas. Do total de alunos que tiveram contato com iniciação científica durante a graduação, apenas 9,6% realizaram atividades reais de pesquisa, sendo que 18,7% apenas colaboraram com trabalhos conduzidos por professores da instituição (a soma desses dois grupos supera o total, pois alguns alunos estavam envolvidos com projetos simultâneos). "Os cursos de formação de psicólogos no Brasil iniciaram, na década de 60, uma dependência muito forte da produção científica de outros países, principalmente dos EUA. O que aconteceu, e ainda acontece, em muitas universidades é pegar esses modelos e reproduzi-los. A Psicologia Social começou a criticar, nas décadas de 70 e 80, essa situação e defender a necessidade de olhar para a nossa realidade social e produzir conhecimento para ela", lembra Sueli Terezinha. Eda Tassara destaca essa diferença entre as pesquisas que produzem conhecimento e as que apenas reproduzem. "Se falarmos em produzir conhecimento, são raros os grupos que estão envolvendo a pesquisa com o ensino."

Alguns caminhos são apontados para reverter essa situação. Maria Amália Andery, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, defende que as instituições precisam investir em "um corpo docente qualificado e com tempo disponível para realizar a pesquisa". Eda Tassara acredita ser necessário um enquadramento das universidades "em uma filosofia que seja de formação de um cidadão apto a viver em uma sociedade científica. Uma sociedade que se nutre e se transforma na tecnologia científica".

Nesse sentido, a proposta para as novas Diretrizes Curriculares, que foi discutida e aprovada no Fórum Aberto para a Construção de uma Nova Proposta de Diretrizes Curriculares para a Psicologia (promovido pela ABEP e pelo Conep) e enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), tem um direcionamento que visa proteger a pesquisa durante a graduação. Em seu artigo 4, a proposta prevê que o curso de graduação em Psicologia deve assegurar uma formação baseada em alguns princípios e compromissos, entre os quais a construção e o desenvolvimento do conhecimento científico.

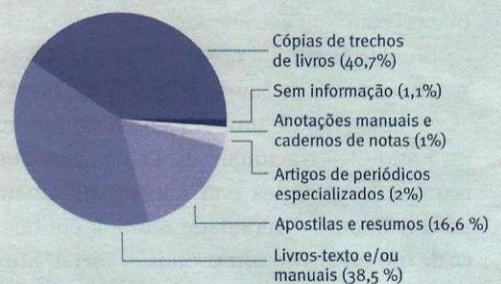
A proposta do Fórum contrapõe-se à proposta formulada pela Comissão de Especialistas no Ensino em Psicologia do SESU/MEC. ●

## Pesquisa também sofre com falta de verbas

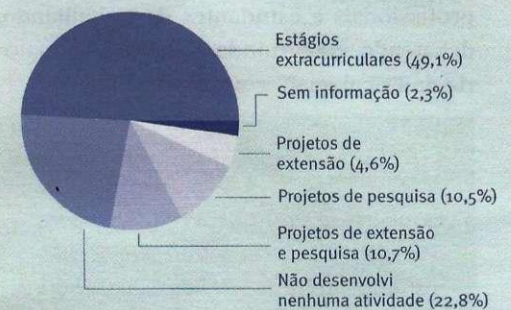
Os principais caminhos para se conseguir apoio na realização de pesquisa de iniciação científica são as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O programa é institucional, sendo que as verbas são liberadas para as universidades. No Estado de São Paulo, existe ainda a Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapesp). As bolsas oferecidas pela fundação são individuais e nominais ao pesquisador.

A política educacional do país vem dificultando esse financiamento. "Com relação à pesquisa, a era FHC foi muito complicada. A pouca verba que existia diminuiu ainda mais. Esses programas geram menos pesquisa do que poderiam", completa Maria Amália Andery. A PUC-SP é outro exemplo de universidade preocupada em ampliar a possibilidade de os alunos terem acesso à pesquisa. "Temos um programa de fomento à pesquisa próprio, incluindo-se a iniciação científica. Isso é um caso raro", continua.

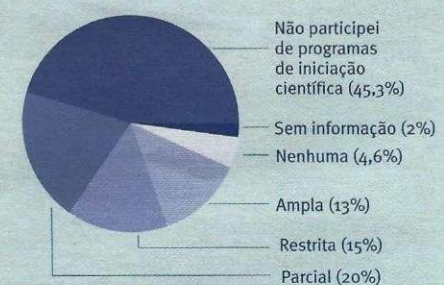
## Que tipo de projetos/estágios você desenvolveu, durante a graduação, na área de sua escolha profissional?



## Qual foi a contribuição de programas de iniciação científica para a sua formação?



## Qual tipo de material, dentre os abaixo relacionados, tem sido mais utilizado por indicação de seus professores durante o curso?



Fonte: INEP/MEC - 2000



# Chegou a hora do evento que mudará a Psicologia brasileira

Após dois anos de muito trabalho e preparação, o 1º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão está pronto para acontecer. O evento, organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, composto por 15 instituições (veja relação completa na contracapa desse jornal), acontecerá entre os dias 01 e 05 de setembro, na cidade Universitária, em São Paulo. Os números são grandiosos: mais de 2.000 painéis e 400 mesas-redondas/simpósios serão apresentados, além de 130 eventos entre Cursos, Conferências e Conversando Sobre.... A expectativa é que a participação supere a marca de 10 mil pessoas.

Cláudio Hutz, prof. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um dos coordenadores do evento, acredita que esse Congresso "será grande e muito representativo de toda a Psicologia brasileira. Todas as áreas estarão contempladas e será uma grande oportunidade de as pessoas poderem ver toda a diversidade que nós temos na Psicologia e tudo o que os psicólogos estão fazendo". Sérgio Antônio da Silva Leite, coordenador de Comunicação do CRP SP e também organizador do evento, analisa que o perfil das mesas/simpósios e painéis que serão apresentados retrata a evolução apresentada pela Psicologia nos últimos 40 anos. "Além da enorme variedade de temas que serão apresentados, os assuntos mostram que a Psicologia está definitivamente ultrapassando as paredes do consultório. Os temas que aparecem em maior quantidade são aqueles que revelam um estreito laço com o comprometimento social de nossa profissão, priorizando as áreas de Saúde, Educação e Social."

O Congresso é uma iniciativa do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, que reúne 15 entidades (ver contracapa deste jornal) "É uma diversidade reunida em busca de um futuro de compromisso social" afirma Ana Bock, coordenadora do Congresso e presidente do CRP SP. O evento deverá mudar o rumo da Psicologia brasileira porque será o marco da aproximação da ciência e da profissão. "São mais de 10 mil psicólogos, profissionais e estudantes de trabalhando, debatendo, construindo uma nova na história da Psicologia", conclui Ana Bock. ●

## Participe!

A abertura do I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão acontecerá no dia 01 de setembro, às 14h00, no prédio da Escola Politécnica, na Cidade Universitária, SP.

## Atenção!

O Programa Diversidade, que irá ao ar no dia 05 de setembro, às 22h00, terá como tema o "I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão". Os convidados serão Cláudio Hutz, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um dos coordenadores do Congresso e Marcos Ribeiro Ferreira, representante do Conselho Federal de Psicologia na Comissão Organizadora Nacional e um dos idealizadores do evento.

## Conheça o perfil dos painéis

| Distribuição dos painéis validados por Área | Quantidade | Porcentagem |
|---|------------|-------------|
| Saúde                                       | 362        | 18,0%       |
| Escola/Educação                             | 302        | 15,0%       |
| Social                                      | 298        | 14,8%       |
| Clínica                                     | 175        | 8,7%        |
| Criança/Adolescente                         | 155        | 7,7%        |
| Avaliação/Medidas                           | 144        | 7,2%        |
| Desenvolvimento Humano/Aprendizagem         | 113        | 5,6%        |
| Trabalho/Organização                        | 84         | 4,2%        |
| Formação do Psicólogo                       | 67         | 3,3%        |
| Violência                                   | 49         | 2,4%        |
| Terceira Idade                              | 44         | 2,2%        |
| Família                                     | 43         | 2,1%        |
| Jurídica                                    | 34         | 1,7%        |
| Pesquisa de Comportamento                   | 32         | 1,6%        |
| Esporte                                     | 23         | 1,1%        |
| Processos Básicos                           | 22         | 1,1%        |
| Epistemologia/Interdisciplinaridade         | 20         | 1,0%        |
| Mulher                                      | 19         | 0,9%        |
| História da Psicologia                      | 8          | 0,4%        |
| Ecologia/Ambiente                           | 7          | 0,3%        |
| Ética                                       | 4          | 0,2%        |
| Circulação Humana                           | 3          | 0,1%        |

## Proposta de organização dos painéis pelos quatro dias

| 1º dia                 | 2º dia                | 3º dia            | 4º dia              |
|------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| Saúde (372)            | Escola (304)          | Social (298)      | Clínica (175)       |
| Trabalho (86)          | Desenvolvimento (116) | Avaliação (143)   | Criança (159)       |
| Processos Básicos (22) | Violência (49)        | Terceira Id. (44) | Família (43)        |
| Epistemologia (20)     | Esporte (23)          | História Psic.(8) | Jurídico (34)       |
| Ecologia (7)           | Mulher (19)           | Circulação (3)    | Formação (67)       |
| Ética (4)              |                       |                   | Pesquisa Comp. (32) |
| Sub-total 511          | 511                   | 496               | 510                 |
| Total dos dias         |                       |                   | 2028                |

## Conheça o perfil das Mesas/Simpósios

| Distribuição dos Mesas/Simpósios por Área | Quantidade | Porcentagem |
|---|------------|-------------|
| Saúde                                     | 60         | 15,8%       |
| Social                                    | 60         | 15,8%       |
| Escola/Educação                           | 47         | 12,4%       |
| Clínica                                   | 45         | 11,8%       |
| Avaliação/Medidas                         | 43         | 11,3%       |
| Formação do Psicólogo                     | 23         | 6,0%        |
| Criança/Adolescente                       | 21         | 5,5%        |
| Trabalho/Organização                      | 14         | 3,7%        |
| Violência                                 | 10         | 2,6%        |
| Desenvolvimento Humano/Aprendizagem       | 09         | 2,4%        |
| História da Psicologia                    | 09         | 2,4%        |
| Família                                   | 09         | 2,4%        |
| Epistemologia/Interdisciplinaridade       | 08         | 2,1%        |
| Jurídica                                  | 06         | 1,6%        |
| Pesquisa de Comportamento                 | 04         | 1,0%        |
| Terceira Idade                            | 04         | 1,0%        |
| Processos Básicos                         | 03         | 0,8%        |
| Mulher                                    | 02         | 0,5%        |
| Ética                                     | 02         | 0,5%        |
| Circulação Humana                         | 01         | 0,3%        |
| Ecologia/Ambiente                         | 00         | 0,0%        |
| Esporte                                   | 00         | 0,0%        |

\*Total de mesas consideradas: 380



Um mundo melhor é possível

## Um Fórum Social cada vez mais mundial

As recentes crises econômicas de Argentina, Uruguai e Brasil mostram que o modelo neoliberal, imposto aos países que estão na periferia da globalização, está falido. Essa é uma constatação que reforça a importância do Fórum Social Mundial como propagador de alternativas e estratégias para um mundo melhor. Nesse sentido, a construção do 3º FSM, que será realizado em Porto Alegre, entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, teve uma mudança em sua concepção. "Claramente, temos a noção do Fórum como um processo e não como um mero evento. Nesse processo, a estratégia é mundializá-lo, levando-o a todas as partes e regiões do mundo. A idéia é enraizá-lo, tornando os

atores locais em portadores das idéias do Fórum e, ao mesmo tempo, trazendo toda a diversidade de culturas, demandas e preocupações que existem pelo mundo afora para todos nós. Esse é um movimento novo e que decidimos como uma estratégia", comenta Cândido Grzybowski, diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas, Ibase, órgão integrante da Secretaria Executiva e do Conselho Internacional do FSM.

O Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (CI), nas reuniões realizadas no mês de abril, em Barcelona, e no mês de agosto, em Bangcoc, traçou algumas políticas para o 3º FSM. A primeira delas é dar uma atenção especial aos Fóruns Continentais e Temáticos que acontecerão no decorrer desse ano (ver quadro abaixo). Cândido Grzybowski relata que as discussões trouxeram à tona a necessidade de o próximo Fórum "agregar crítica e formulação de propostas alternativas a uma criação de estratégias. Não se trata de abandonar as críticas e as propostas de alternativas, mas agregar a elas uma outra dimensão, que é pensar em como implementá-las".

Mudanças de caráter estrutural e de organização também foram aprovadas. "Descobrimos que o segredo do sucesso do Fórum é um princípio metodológico que tem duas dimensões: as atividades planejadas e as atividades livres. Decidimos radicalizar isso. O Fórum livre, que tem como eixo as Oficinas, tem de ser totalmente livre.

O Fórum planejado, por sua vez, tem de ser mais organizado e terá como centro os Painéis e não mais as Conferências, que serão realizadas para o grande público. Além disso, teremos uma novidade, que serão as 'mesas de diálogo e confronto' para discutir com partidos, governantes e com o sistema ONU temas controversos", continua Cândido. ●



## A Psicologia já está mobilizada

A participação da Psicologia no 3º FSM já está sendo preparada. "Temos um grupo de trabalho criado na Apaf - do qual fazem parte o CFP, o CRP 06 e o CRP 07 - para organizar a intervenção do Sistema Conselho. Provavelmente, nos incluiremos no eixo de Direitos Humanos, não apenas para fazer denúncias, mas mostrando experiências concretas de intervenção. Estamos trabalhando para que o próximo Fórum tenha um salto de qualidade, firmando a colaboração da Psicologia na construção de um novo mundo", comenta Ana Luiza de Souza Castro, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia.

O engajamento e o grau de envolvimento da Psicologia têm aumentado a cada ano. Ana Luiza relembra que "no 1º Fórum, o CFP fez uma parceria com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, e apoiamos quatro grandes oficinas. Já no 2º FSM, realizamos oficinas específicas do Sistema Conselho, tratando da questão da violência e da discriminação. Tivemos a preocupação de apresentar trabalhos de psicólogos em todo o país e pudemos dar visibilidade a práticas da Psicologia com Compromisso Social e com uma preocupação efetiva com a cidadania". A vice-presidente do CFP destaca ainda o crescimento do número de psicólogos

que estão se envolvendo nesse movimento. "No 2º Fórum, entre pessoas que apresentaram trabalhos nas oficinas e que organizaram o evento, tivemos uns 300 participantes. Temos certeza de que essa é uma linha de atuação correta do Sistema Conselho, pois a Psicologia tem muito a dizer sobre as condições da maioria da população desse país." ●



**3º Fórum Social Mundial** - será realizado em Porto Alegre, Brasil, entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003

### Fóruns continentais

**Fórum Social Europeu** - será realizado em Florença, Itália, entre os dias 7 e 9 de novembro de 2002.

**Fórum Social Asiático** - será realizado em Hyderabad, Índia, entre os dias 2 e 7 de janeiro de 2003.

**Fórum Social Pan-Amazônico** - será realizado em Belém, Brasil, entre os dias 16 e 19 de janeiro de 2003.

**Fórum Social Africano** - existe uma mobilização para a organização de um FSM africano, porém a discussão ainda será aprofundada.

### Fóruns temáticos

**Fórum Social Temático Argentina** - será realizado em Buenos Aires, Argentina, entre os dias 22 e 25 de agosto de 2002.

**Fórum Social Temático Palestina** (local e data ainda a ser definido)

Maiores informações sobre esses e outros eventos acesse o site do Fórum Social Mundial: [www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)



# Mães abandonadas sim, senhores!!!

Por que logo mães abandonadas? Nos deparamos com essa questão neste mesmo caderno, meses atrás e hoje reafirmamos a existência dessa condição nas mães que entregam seus filhos em adoção. A própria falta de investigação em nosso meio científico a seu respeito nos priva de dados que permitam formular um perfil sobre estas mulheres que abdicam de seus filhos, os motivos de sua decisão, os fatores que nela influíram, qual o significado da separação, como evoluiu sua vida após terem se separado da criança. São esses alguns dos temas sobre os quais versa nosso trabalho.

O “abandono” de crianças é um problema social trágico e requer que busquemos conceitualizá-lo e compreendê-lo para que novas formas de ação possam ser idealizadas e colocadas em prática. Propomos nos desfazermos de modelos preestabelecidos e buscarmos novos modelos que estimulem formas de abordagem que de fato atendam a todos os envolvidos no processo de adoção: a mãe que entrega, a criança e os pais adotivos.

Mães abandonadas sim, pois nenhuma denominação melhor se aplica às mulheres que, ainda que juridicamente capazes, terminam incapacitadas emocionalmente pelo estigma que sobre elas recai ao entregarem o filho que conceberam em adoção. Nos preocupamos neste trabalho com a “incapacidade” psíquica, pois a preservação da capacidade jurídica em nada garante as condições necessárias para que exerçam sua liberdade de ajuizar sobre sua vida e seus atos de forma consciente e saudável.

Abandonadas, pois nenhum olhar para elas se volta quando decidem entregar seu filho, quando o prometem ainda grávidas, quando o entregam e dele nada mais sabem e para ele deixam de existir e estar acessíveis. Porque nossas leis e cultura que a estigmatizam a colocaram à margem de nossas considerações pessoais e pesquisas científicas.

Porque a prática da adoção fechada assumida e legalizada no ECA, entre outras conseqüências, cria um abismo entre o adotado e o conhecimento de suas origens, reforça o preconceito dos pais adotantes em relação à mãe que entrega, dá asas às fantasias do adotado de que foi rejeitado, o que tem efeitos deletérios sobre a construção de sua identidade e autoestima. Porque não contam com o apoio social ou profissional de nenhuma ordem.

Abandonadas pela ausência de políticas públicas que desenvolvam projetos profiláticos da entrega desnecessária, que poderia ser evitada, como da permanência de mães com crianças sem desejar ou ter condições externas, internas ou ambas,



para fazê-lo. Muitas não entregam e institucionalizam seus filhos, não desistindo do pátrio poder sobre eles ainda que “saibam” que jamais resgatarão suas crianças. Abandonadas as mães e aí sim, abandonados os filhos, que nunca serão disponibilizados legalmente para a adoção.

Abandonadas pela ilusão de que têm o direito de decidirem sobre suas vidas, mas o fazem de forma precipitada e angustiada, pois não contam com apoio, compreensão, assistência, empatia, acolhimento para a dor e luto, que com freqüência se fazem presentes.

São mulheres cuja subjetividade se encontra determinada pela conjunção das adversidades e dos desamparos sociais e legais com seus próprios sentimentos e preconceitos em relação à maternidade e à entrega. Indissolavelmente ligados o social e o pessoal num jogo dialético e deletério, uma vez que o público e o privado se confundem e obscurecem ações conscientes e adequadas.

Neste trabalho buscamos oferecer algumas formas de ação que começam a ser adotadas em diferentes instituições brasileiras, porém jamais entendemos que a única solução para essas mulheres seja o atendimento terapêutico, pois nossa proposição, apesar de otimista, não é utópica nem visionária. Entendemos sim que em muitos casos a terapia psicológica seria de grande ajuda e jamais entendemos que ela devesse ser levada adiante por profissionais que não tivessem a formação adequada para tal. Nesse sentido, nossa abordagem ao problema não foi psicologizante, mas observou o aspecto psicológico que a questão apresenta, não descuidando em

nenhum momento de apontar e sugerir ações nas demais áreas que lidam com o problema, uma vez que é forte nossa crença na produtividade de um trabalho interdisciplinar.

Não nos dedicamos à explanação aprofundada das transformações sociais e jurídicas sobre o tema por questões de método e objetivo que o trabalho científico deve respeitar, mas principalmente por considerarmos que as transformações existentes ainda não alcançaram minimamente contemplar a mulher que entrega seu filho em adoção e sobre esse aspecto nos debruçamos exaustivamente.

Nossa proposta não tem como meta identificar vítimas ou algozes, mas detectar problemas e sugerir possíveis, embora ainda incompletos e/ou criticáveis, encaminhamentos para, ao apontarmos para os estigmas e preconceitos que ainda nos cegam e paralisam, podermos restituir a cada um dos participantes do processo adotivo a lucidez e a liberdade para agir de forma a sanar cada vez mais o desenvolvimento dos processos de entrega e adoção.

Nossas propostas certamente demandam exames aprofundados e discussões mais abrangentes, mas o primeiro passo precisava ser dado e temos a grata satisfação de constatar que o fizemos!

**Maria Antonieta Pisano Motta**

Autora do livro “Mães abandonadas: entrega de um filho em adoção”. O texto acima é uma réplica à resenha publicada na edição 131, página 16, do Jornal “PSI”.



ta a acupuntura como profissão e prevê três situações: curso de graduação para acupunturistas, cursos de especialização e cursos técnico-profissionalizantes.

### Por que o psicólogo está habilitado a praticar a acupuntura?

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda aos países membros, entre os quais o Brasil, a utilização da acupuntura pelos profissionais da área de saúde devido ao seu baixo custo de implementação e aos resultados comprovados em termos científicos. Além disso, a eficácia da acupuntura no combate ao estresse e à ansiedade pode ser de grande auxílio à intervenção da Psicologia. "A abordagem teórico-prática da acupuntura contempla fenômenos psicológicos e o sofrimento psíquico - objetos de estudo e intervenção do profissional em Psicologia - enquanto gênese ou fatores causais, dentre outros, das desarmonias de saúde definidas por esta atividade", comenta Leonelli. Vale destacar que a acupuntura não foi reconhecida como um tipo de psicoterapia, mas como um recurso complementar da prática psicológica.

### Acupuntura na saúde pública

O Sistema Único de Saúde prevê a prática da acupuntura - sem especificar qual profissional deve fazê-lo -, mas ainda são poucos os equipamentos públicos de saúde que oferecem tal prática. Atualmente, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que apresentam a maior oferta desse serviço na rede pública de saúde. Porém, a existência de uma fila de espera de quase 14 meses, para se ter acesso ao serviço no Hospital das Clínicas e no Hospital São Paulo, mostra que existe uma enorme demanda reprimida.



### PARTICIPE!

Em 20 de setembro, às 20h00, no auditório do CRP SP, acontecerá o lançamento e a apresentação da diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura - SOBRAPA. O evento será aberto a todos os psicólogos. Maiores informações no (11) 3061-9494, ramal 130.

### INFORME-SE!

A SOBRAPA está iniciando um levantamento para traçar o perfil e saber a quantidade de psicólogos que utilizam a prática da acupuntura. Se você se enquadra nessa situação, entre em contato pelo telefone (11) 6101-2073 ou pelo e-mail [luisleonelli@ig.com.br](mailto:luisleonelli@ig.com.br) ou [institutodeacumpuntur@ig.com.br](mailto:institutodeacumpuntur@ig.com.br)

### Orientação

## Exercício ilegal da profissão: como evitá-lo?

Ao contratar qualquer tipo de serviço, o consumidor deve ficar atento à capacitação do profissional que irá prestá-lo. Porém, quando o assunto é saúde, esses cuidados devem ser redobrados. A Psicologia foi definida como profissão, em 27 de agosto de 1962, pela lei nº 4.119, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

Mas, apesar de estar fazendo 40 anos, essa lei ainda é desrespeitada e, infelizmente, existem não-psicólogos exercendo ilegalmente a profissão. O artigo 47, Decreto de-lei nº 3.688 - Lei das Contravenções Penais -, de 03 de outubro de 1941, estabelece que "exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher condições a que por lei está subordinado o seu exercício: pena - prisão simples de 15 dias a 3 meses - ou multa".

De acordo com o decreto 53.464, publicado em 21 de janeiro de 1964 e que regulamenta a lei nº 4.119, para exercer a Psicologia, o profissional deve possuir o diploma de psicólogo expedido no Brasil ou no exterior, pelas universidades estrangeiras reconhecidas pelas leis dos países de origem; além disso, após concluir o curso, o profissional deve obter o registro profissional nos Conselhos Regionais de Psicologia (veja no quadro ao lado). Se o psicólogo não se inscrever, ou tiver a inscrição suspensa, estará também exercendo ilegalmente a profissão, conforme o Código de Processamento Disciplinar (CPD), criado pela resolução CFP 006/2001.

### Como se inscrever no Conselho

Após a colação de grau, procure a sede ou a subsede do CRP SP em sua região com os seguintes documentos:

- 1- Cópia do diploma de psicólogo, devidamente registrado, ou original da certidão de colação de grau de curso autorizado pelo órgão ministerial competente;
- 2- Cópia da Cédula de Identidade (RG);
- 3- Cópia do CPF;
- 4- Cópia do Título de Eleitor (com os dois últimos comprovantes de votação);
- 5- Certificado de Reservista (para os homens);
- 6- Certidão de Casamento (quando for o caso);
- 7- Uma foto 3 x 4.

### Conheça a lei nº 4.119\*

Art. 13º - Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e de exercer a profissão de psicólogo.

§ 1º - Constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- 1 - diagnóstico psicológico;
- 2 - orientação e seleção profissional;
- 3 - orientação psicopedagógica;
- 4 - solução de problemas de ajustamento.

§ 2º - É da competência do psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

\*A íntegra dessa lei pode ser vista no site [www.crpsp.org.br](http://www.crpsp.org.br).

### Fique Legal com a Psicologia!

Os psicólogos devem estar atentos para ficar em dia com a profissão. Uma das prerrogativas para o exercício pleno da Psicologia é manter em dia o recolhimento da anuidade aos CRPs. Se você está em atraso com essa taxa, entre em contato com CRP SP.

### Atenção!

Se a sua inscrição foi cancelada por débito, o pagamento da dívida não implicará reinscrição automática. Se você se encontrar nessa situação, solicite novo pedido de inscrição junto ao CRP SP. Maiores informações (11)3061-9494, ramal 110.



# Zelo e respeito devem ser as marcas de um processo ético

Resguardar a qualidade dos serviços psicológicos prestados à sociedade é um dos principais deveres do Conselho Regional de Psicologia. Nesse sentido, todas as representações contra psicólogos, enviadas ao CRP SP, são verificadas minuciosamente, passando por etapas nas quais as partes - denunciante e denunciado - têm sempre um amplo direito de se manifestarem.



O trâmite tem início quando essas demandas chegam ao Centro de Orientação, sua principal "porta de entrada", que as encaminha à diretoria do Conselho. Havendo o entendimento de que se trata realmente de uma denúncia ética, a diretoria remete o caso à Comissão de Ética (Art. 18, Cap. 1º do Código de Ética).

Segundo a Comissão, nesse momento é observado se as formalidades, que caracterizam a qualificação de denúncia, estão presentes. As obrigatórias são: nome e qualificação do representante e do representado; descrição circunstanciada do fato. No Código de Processamento Disciplinar (Art. 17) é previsto, ainda, que a representação contenha "toda prova documental que possa servir à apuração do fato e de sua autoria e indicação dos meios de prova de que pretende o representante se valer para provar o alegado". Porém, a falta desses dois últimos elementos não impede o recebimento da representação. (Leia matéria sobre o assunto, na página 3, da edição 132 do "Jornal PSI").

Depois da qualificação da denúncia, verifica-se se o psicólogo representado possui registro profissional no Conselho. Nesse momento, é enviada uma carta solicitando que o profissional se posicione diante do fato manifestado pelo denunciante. Essa manifestação, denominada defesa prévia, deve conter esclarecimentos sobre o ocorrido, prestados pelo próprio psicólogo. Rachel Contrucci Alvim, presidente da Comissão de Ética do CRP SP, alerta que até esse ponto a denúncia ainda não está configurada, "pois ainda a entendemos como uma representação. Não a tomamos como verdade, mas, pelo Código de Processamento Disciplinar, deve-se verificar a pertinência e a veracidade dos fatos de toda e qualquer manifestação de um usuário da Psicologia".

Dependendo da resposta fornecida pelo profissional, a Comissão de Ética analisa a possibilidade de ter ocorrido a infração a algum artigo do Código de Ética e, portanto, a pertinência da denúncia. "Algumas vezes verificamos, ainda na defesa prévia, que o fato denunciado não ocorreu dentro do exercício profissional, pois o denunciado não estava atuando como psicólogo naquele momento", comenta Elisa Zanerato Rosa, conselheira da Comissão de Ética do CRP SP. Se isso ocorrer, o trâmite é interrompido; caso persista alguma dúvida, o processo é instaurado, ocorrendo o enquadramento da ação questionada nos artigos do Código de Ética possivelmente infringidos. A Comissão des-

taca que esse processo não deve ser entendido do mesmo modo como na área penal, pois se trata de uma etapa para aprofundar a verificação da ocorrência de alguma infração ao Código de Ética.

Perante esse parecer, aprovado em reunião Plenária, o denunciado deve realizar uma defesa escrita, respondendo diretamente aos artigos que possa ter infringido e nos quais for enquadrado. Essa defesa tem um teor diferente da primeira, por exigir um conteúdo mais específico e direto. A partir daí, esse psicólogo entrará em contato com uma Comissão de Instrução (CI), composta por um máximo de três (3) e um mínimo de dois (2) psicólogos, sendo que um deles deve ser obrigatoriamente integrante da Comissão de Ética. A CI realiza as chamadas oitivas, nas quais acontece uma coleta de dados e informações através de depoimentos do denunciante do denunciado e de testemunhas. No final das oitivas, dá-se espaço para que as duas partes façam as suas alegações finais.

A Comissão de Ética encaminha o caso para a Plenária, na qual um conselheiro relator - que não pode ter feito parte da Comissão de Ética ou integrado a Comissão de instrução durante o processo - é escolhido para realizar um estudo e uma síntese do caso, que serão apresentados em um julgamento ético. Na oportunidade, os conselheiros participantes podem fazer perguntas ou pedir vistas do processo. O denunciante e o denunciado podem acompanhar o julgamento, tendo o direito de se manifestarem mais uma vez.

O relator realiza, então, um encaminhamento de voto sugerindo o arquivamento ou a aplicação de uma penalidade, que pode ser: advertência, multa, censura pública, suspensão ou cassação do exercício profissional. Vale destacar que ambas as partes, sentindo-se prejudicadas com o resultado do julgamento, podem entrar com um recurso junto ao Conselho Federal de Psicologia. ●

## TIRE SUAS DÚVIDAS!

O Código de Ética do Psicólogo e o Código de Processamento Disciplinar podem ser acessados no site do CRP SP: [www.crp.org.br](http://www.crp.org.br)

Maiores informações podem ser obtidas também no fone (11) 3061-9494, ramal 145, ou pelo e-mail [orientacao@crp.org.br](mailto:orientacao@crp.org.br)





ser do povo latino-americano também correriam sérios riscos de deterioração. "O que está por trás da ALCA é um projeto neocolonial e uma questão de domínio e de perda da identidade nacional e cultural. As pessoas não estão previstas nesse tratado. Como é que teremos condições de negociar com essas grandes empresas para que elas levem em consideração o nosso jeito de viver culturalmente o próprio trabalho? É pouco provável que elas mudem a maneira de pensar e ver as coisas a partir da realidade local", define Sandra Quintela.

Paulo Maldos entende que os efeitos da Alca sobre a subjetividade da população da América Latina seriam extremamente negativos. "O tratado aumentaria muito a exclusão e a instabilidade social, afetando a subjetividade. A enorme redução do espaço de atuação de indivíduos e organizações como sujeitos políticos potencializaria o sentimento de impotência. Você não teria mais a quem se dirigir para transformar o seu entorno e conquistar e consolidar direitos, pois o poder estaria concentrado em multinacionais e em conglomerados sem rosto. Isso levaria a uma exacerbação do individualismo, do conformismo, da aceitação da competição como a única forma de convivência humana, sendo que esses fatores teriam como consequência uma desagregação de valores comunitários e da diversidade cultural."

## Histórico e formação

# Formação da Alca está distante da população

As negociações para a implantação da Alca estão sendo mantidas de maneira sigilosa e concentradas na esfera dos poderes executivos dos diversos países latinos. "Existe um caráter secreto nas negociações que ficam entre presidentes e ministros, sem a participação da população. Uma das metas de nossa campanha era politizar o debate eleitoral, mas os partidos têm medo de essa coisa ativar o mercado e desestabilizar a campanha eleitoral", lembra Paulo Maldos.

O processo foi iniciado em dezembro de 1994, durante a 1ª Cúpula das Américas, em Miami, quando a Alca foi lançada pelos líderes de 34 países. Em abril de 1998, durante a 2ª Cúpula das Américas, realizada em Santiago, Chile, os países presentes estabeleceram um Comitê de Negociações Comerciais, além de definirem nove Grupos de Trabalho para tratar das principais áreas de negociação: serviços; investimentos; contratos públicos do governo; acesso ao mercado; agricultura; direitos da propriedade intelectual; sub-

sídios, *antidumping* e direitos de compensação; política de competição; resolução de disputas.

Na 3ª Cúpula das Américas, ocorrida em 2001, na cidade de Quebec, Canadá, firmou-se o seguinte compromisso: "Instruímos nossos ministros a assegurar que as negociações do acordo Alca sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para buscar sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005". A 4ª Cúpula das Américas, que está prevista para acontecer em abril de 2003, em Buenos Aires, Argentina, dará seqüência ao processo.

A oposição contra a Alca cresceu na mesma proporção. A preocupação tornou-se presente nos movimentos sociais, nas centrais sindicais e em ONGs de toda a América Latina e Caribe. Em abril de 2001, representantes de várias entidades e movimentos de diversos países reuniram-se em Quebec, Canadá, na 2ª Cúpula dos Povos das Américas e tomaram a decisão de combater a Alca em todo o hemisfério. ●

### Consulta popular

Entre os dias 1 e 7 de setembro, será realizado em todo o país o plebiscito nacional contra a Alca. A população deverá responder às seguintes questões:

- O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?
- O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?
- O governo brasileiro deve entregar a base de Alcântara para controle militar dos EUA?

Maiores informações sobre o plebiscito podem ser obtidas no fone (11) 3341-0201 ou pelo e-mail [jubileubrasil@terra.com.br](mailto:jubileubrasil@terra.com.br) ou ainda no site [www.jubileusul.hpg.com.br](http://www.jubileusul.hpg.com.br).

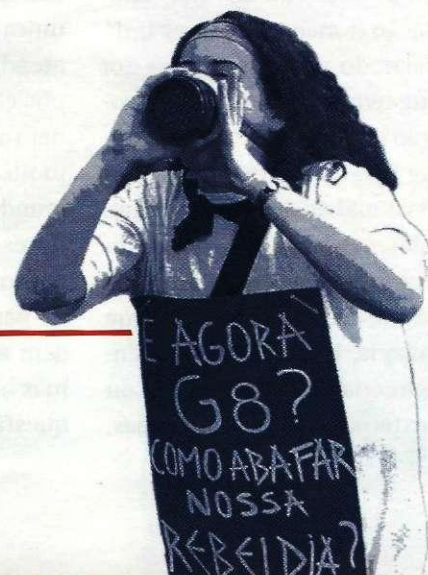
### Atenção!

Durante o I Congresso Brasileiro: Ciência e profissão, que será realizado entre os dias 01 e 05 de setembro, o CFP e o CRP SP, com o apoio Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, manterá um estande para realizar o plebiscito sobre a ALCA.

### Anote na agenda!

Para você se manter informado, publicamos abaixo algumas datas e eventos marcantes na Campanha Nacional Contra a Alca:

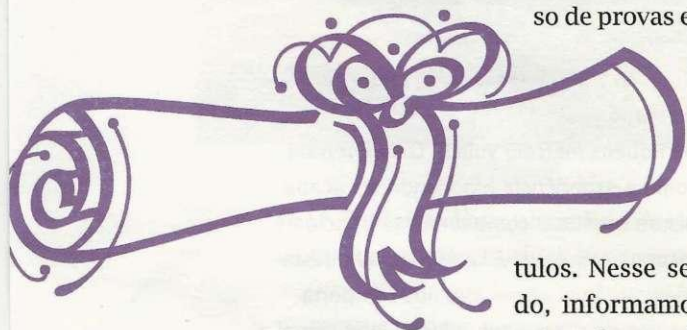
- **Setembro/2002**  
de 1 a 7 – Plebiscito Nacional sobre a Alca.  
7 – Grito dos Excluídos e encerramento do plebiscito.
- **Outubro/2002**  
7ª Reunião dos Ministros Responsáveis pelo Comércio no Hemisfério em Quito, Equador.
- **Novembro/2002**  
2º Encontro Hemisférico de Luta Contra a Alca, Havana, Cuba.
- **Janeiro/2003**  
3º Fórum Social Mundial, Porto Alegre, RS.
- **Abril/2003**  
4ª Cúpula das Américas, Buenos Aires, Argentina.  
3ª Cúpula dos Povos das Américas, Buenos Aires, Argentina.





## Registro de Especialistas: Concurso de Provas e Títulos

A Resolução CFP Nº 014/00, de 20 de dezembro de 2000, instituiu o título profissional de especialista em Psicologia (leia matéria na edição 132, do jornal "PSI"). Entre as alternativas previstas para que o profissional possa obter o registro do Título está o Concurso de provas e Títulos.



Nesse sentido, informamos à categoria que o CFP está trabalhando na organização do 1º Concurso, que será promovido em duas etapas. A primeira, envolvendo as especialidades de Psicologia Escolar/ Educacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Hospitalar e Psicologia Jurídica, terá suas provas aplicadas em 24 de novembro de 2002. As demais especialidades (Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Psicologia Clínica, Psicopedagogia e Psicomotricidade) terão as provas

realizadas em 2003, com previsão para março.

De acordo com a mencionada resolução, as provas do concurso envolverão conhecimentos teóricos e práticos da área de especialidade escolhida pelo profissional, assim como uma avaliação de títulos, de acordo com critérios a serem estabelecidos no edital do processo, que se encontra em fase de elaboração. Poderão participar do concurso os psicólogos com mais de 2 anos de inscrição no Conselho Regional de Psicologia que estejam em pleno gozo dos seus direitos e que possam comprovar, no mínimo, dois anos de prática profissional na especialidade, contados, em ambos os casos, até a data da prova.

Destaca-se que o título de especialista em Psicologia é uma referência sobre a qualificação do psicólogo, não se constituindo condição obrigatória para o exercício profissional. A categoria será amplamente informada sobre o presente processo, sobretudo em relação ao período de inscrições, local de realização das provas, programa e bibliografia. Outras informações poderão ser obtidas no site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)

## Cadastramento junto à Vigilância Sanitária

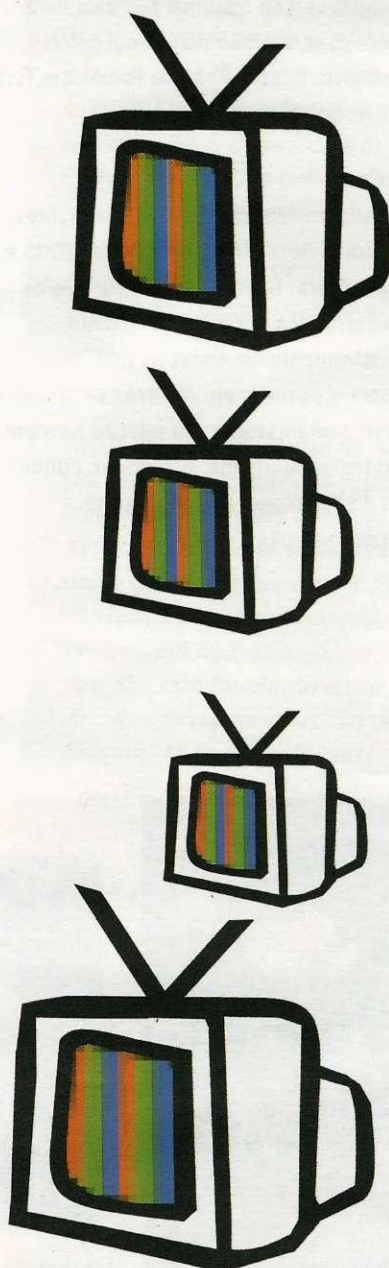
De acordo com a portaria CVS-3, de 22 de abril de 2002, todos os serviços, equipamentos e profissionais da área da saúde - incluindo-se psicólogos, serviços psicológicos, consultórios psicológicos - deverão cadastrar-se junto ao Centro de Vigilância Sanitária. "Não fomos comunicados oficialmente pelo órgão. Obtivemos essa informação por meio de consultas de psicólogos. O CRP SP está imbuído em obter todas as informações possíveis para fornecê-las aos profissionais", alerta Chica Hatakeyama Guimarães, coordenadora da Comissão de Orientação do CRP SP. A data prevista para o cadastramento é 22 de agosto de 2002 (120 dias a partir da publicação da Portaria). Não há pagamento de taxa para esse cadastramento. Maiores informações, inclusive dos locais de realização do cadastramento e íntegra da portaria, podem ser obtidas no site do CRP SP.



## Diversidade: a Psicologia na TV

O programa Diversidade - uma parceria entre o CRP SP e a TV PUC - continua com a sua programação com mais dois programas inéditos, que irão ao ar em 05 de setembro e 03 de outubro. O primeiro programa terá como tema "1º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão" e o segundo "Consequências psicológicas de desastres naturais". Os programas são exibidos pelo Canal Universitário (canal 15 das redes a cabo Net e TVA). Participe mandando perguntas para o e-mail [diversidade@crpsp.org.br](mailto:diversidade@crpsp.org.br) ou para o fax (11) 3061-9494. Veja abaixo a grade completa da programação:

| Data  | Dia da semana | Horário |
|---|---------------|---------|
| 05/Set  | Quinta        | 22:00   |
| Estréia: I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão |               |         |
| 06/Set  | Sexta         | 08:30   |
| 07/Set  | Sábado        | 17:30   |
| 08/Set  | Domingo       | 13:00   |
| 11/Set  | Quarta        | 13:00   |
| 19/Set  | Quinta        | 08:30   |
| 29/Set  | Domingo       | 22:00   |
| 03/Out  | Quinta        | 22:00   |
| Estréia: "Consequências psicológicas de desastres naturais"     |               |         |
| 04/Out  | Sexta         | 08:30   |
| 05/Out  | Sábado        | 17:30   |
| 06/Out  | Domingo       | 13:00   |
| 09/Out  | Quarta        | 13:00   |
| 17/Out  | Quinta        | 08:30   |
| 27/Out  | Domingo       | 22:00   |



Informe Publicitário



Universidade Federal de São Paulo  
Escola Paulista de Medicina

### CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEPENDÊNCIA DE DROGAS - 2003

"Intervenções Breves para Prevenção e Tratamento de Dependências em Adultos e Adolescentes"

Carga horária: 380 horas  
(Teórica: 280h / Prática: 100h)  
Início: 04/02/2003  
Inscrição: até 12/11/2002  
Informações: Valéria Aquilino  
Email: [valeria@psicobio.epm.br](mailto:valeria@psicobio.epm.br)  
Fone: (11) 5539-0155, ramal 220.  
Site:  
[www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/cursos/inter\\_breve.htm](http://www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/cursos/inter_breve.htm)

### Cursos de Hipnose

Instituto Milton H. Erickson de São Paulo e Instituto de Hipnoterapia Educativa

Destinado a psicólogos, médicos e dentistas  
Curso: Hipnoterapia Ericksoniana - 11 meses, 178hs  
Curso: Hipnoterapia Educativa - 11 meses, 178hs  
Fone: (11) 5584-8573 / 578-8695  
Site: [www.hipnoterapia.com.br](http://www.hipnoterapia.com.br)



### Práticas não-reconhecidas

❖ Fiquei decepcionado com a resposta do jornal 131 ao psicólogo que protestava contra as práticas não reconhecidas em Psicologia. Aqui vai uma ajuda:

A Constituição diz o seguinte:

“Art. 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 3º - Compete à lei federal:

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou de programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.”

O CRP sabe que a utilização dos procedimentos disciplinares do Código de Ética é insuficiente para fazer face ao escândalo das “terapias alternativas” e sabe também que esse código só pode alcançar os profissionais. A questão é delicada, mas é evidente que precisamos fazer alguma coisa.

Adiante, no “Conversando com o Psicólogo” sobre o desemprego, no mesmo número do jornal, o CRP diz o seguinte: “Sua principal meta é zelar pela Psicologia, promovendo e fiscalizando a qualidade dos serviços psicológicos”. É verdade. Por esse motivo talvez seja necessário comprar algumas brigas com setores da categoria e com certeza precisamos encontrar formas de encerrar os picaretas que exploram a falta da informação da população e que depõem contra a Psicologia. Acredito que obrigá-los a dizer que são picaretas em suas propagandas (como no caso do cigarro) possa ajudar.

Grande abraço

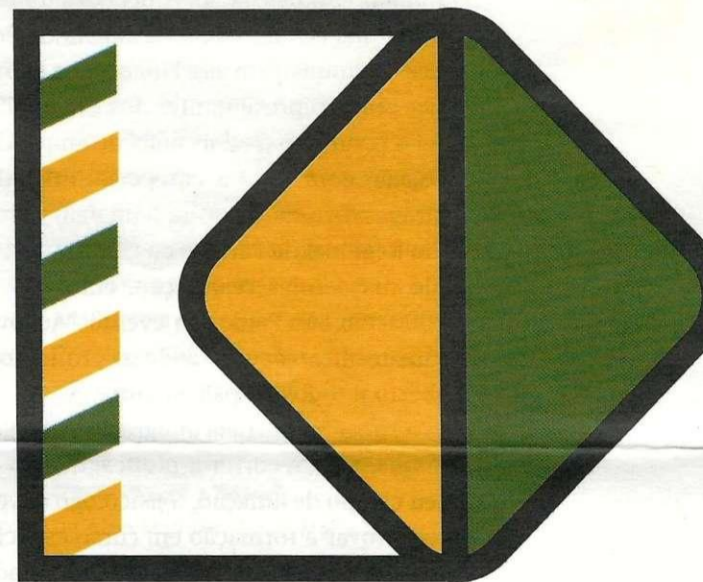
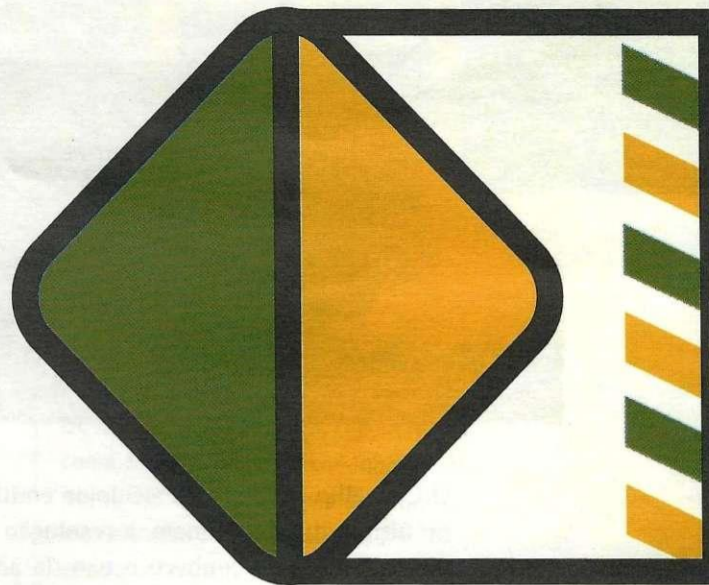
José Sollero, CRP 06/03339-7, São Paulo, SP (por e-mail)

### Circulação Humana

❖ Como psicóloga do trânsito, li com muita atenção o artigo “Rumos para uma circulação humana menos caótica” e confesso que me pareceu muito difícil concordar inteiramente com o alerta do psicólogo Ricardo Moretzsohn quando diz que temos “n fatores interagindo para que o foco de atenção fique somente no condutor”. Porém, é sabido que em mais de 90% dos casos a falha é humana e segundo um artigo da revista “Veja” (fevereiro de 2002), os motivos dos 888 acidentes registrados no estado foram: excesso de velocidade; ultrapassagem proibida; desrespeito à sinalização; defeitos do veículo (também falha humana na maioria das vezes); ficando 3% com problemas da via e sinalização deficiente.

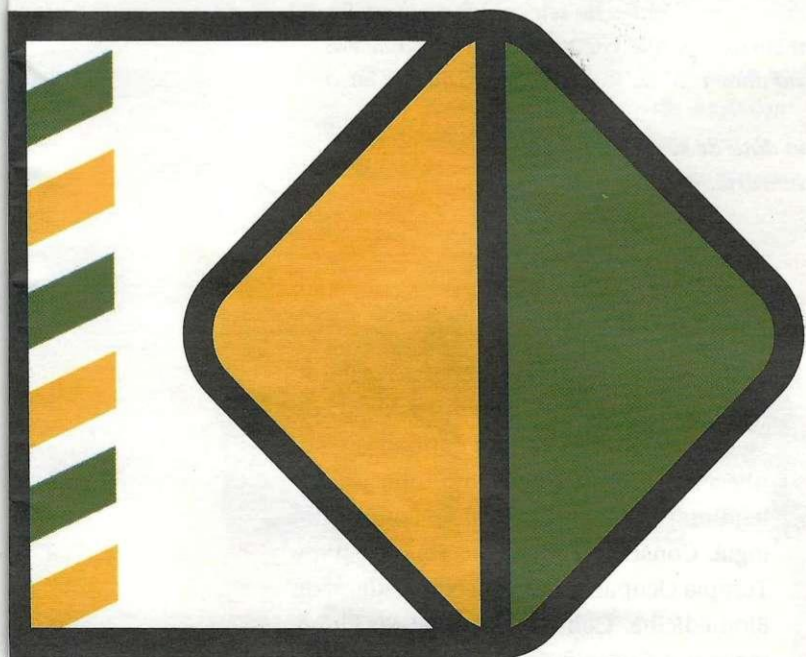
O meu trabalho é, através dos instrumentos científicos de que a psicologia dispõe, apontar as possibilidades de falha que o condutor poderá ter em relação ao comportamento (equilíbrio psíquico); uso de drogas ou patologias em nível neurológico, com encaminhamento à psiquiatria e neurologistas quando o caso assim o requerer. Tem dado muito certo, na medida em que não sou aplicadora de testes, mas os utilizo na compreensão do sujeito que está a minha frente. É importante que ele saiba que acidente é determinado em maior parte por falha humana; quais condições mínimas o motorista deverá ter e orientá-lo de acordo com os resultados apresentados nos exames. A entrevista inicial é importante e a devolutiva mais ainda no sentido de informá-lo, orientá-lo e ajudá-lo a modificar comportamentos arriscados. Muitas pessoas não têm acesso a psicólogo ou médico, sendo o único contato quando da aquisição da CNH ou renovação (agora para cate C, D e E). Toda e qualquer intervenção, ao meu ver, deve ser em nível preventivo, e tanto o médico quanto o psicólogo com mínimo de competência e seriedade poderia fazer esse trabalho. Os resultados têm sido muito bons. Tenho oportunidade de observar motoristas mais responsáveis e com uma modificação de comportamento com pouco mais de um ano (caso de aptos temporários que retornam).

É importante salientar que temos melhores vias e melhores carros e à medida que aumenta a frota de veículo, há aumento do número de acidentes. O exame psicológico não está sendo bem realizado ou, no mínimo, realizado; por isto, até hoje não houve redução do número de acidentes. Pretendo seguir pelo caminho da pesquisa assim que tiver material e resultados suficientes. Se o enfoque for o trabalho psicológico e não a realização de simples psicotécnico, o tempo dirá se o exame psicológico bem feito ajuda ou não. A minha observação diz que sim; mas pesquisa é científica. Os piores acidentes acontecem em vias com ótimo estado de conservação. Motorista que tem medo de dirigir não representa perigo. Porém, o motorista que se acha muito bom, este é perigoso. Toda pessoa tem direito de ir e vir se utilizando de veículo automotor, porém, deve ter esse direito restringido na



medida em que represente perigo a sua segurança ou a segurança de outros. Isto é questão de cidadania, por exemplo, motorista dependente químico (álcool) não tem direito de operar veículo automotor, já que sua segurança e a dos demais está em risco. Toda pessoa tem direito a informação, orientação e mudança de comportamento (dos motoristas e dos profissionais envolvidos na questão trânsito). Vejo necessidade de expansão em relação ao trabalho do psicólogo, por exemplo, introduzindo-se educação para o trânsito nos primeiros anos escolares, já que pedestre também faz parte do meio social trânsito, preparando futuros motoristas mais conscientes e responsáveis, quer seja respeitando ciclovias quer seja pedalando sua bicicleta ou conduzindo outro meio de transporte qualquer. Fica uma questão: seria solução, para a perna que dói, amputá-la?

Liliane Pizzollatto Guarino Rossato, CRP 44945-06, São Paulo, SP (por e-mail)





# Acupuntura como um novo recurso para a Psicologia



**“Fiz uma leitura em um jornal regional de Psicologia que trouxe a seguinte informação: ‘Psicólogos podem indicar acupuntura. O psicólogo está autorizado a aplicar a tradicional técnica chinesa, desde que possa comprovar formação em curso específico de acupuntura e capacitação adequada. A nova medida foi estabelecida pelo Conselho Federal de Psicologia’. Gostaria de saber se essa notícia é procedente”.**

Luciana Franco S. Mendes, estudante de Psicologia, por e-mail

O Conselho Federal de Psicologia emitiu, no último dia 24 de maio, a resolução nº 005/2002, que reconhece o uso da acupuntura como recurso complementar no trabalho do psicólogo. A decisão, tomada na última reunião da Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), que reúne representantes dos CRPs e CFP, foi o resultado de dois anos de ampla discussão com toda a categoria, iniciados através de uma consulta feita pelo Conselho Regional da Paraíba ao CFP. Um exemplo disso foi a realização, em maio de 2000, em São Paulo, do evento “Acupuntura: técnica, especialidade ou profissão?”, aberto a todos os psicólogos.

O documento (leia íntegra ao lado) alerta que, para recorrer à prática, dentro do seu campo de atuação, o psicólogo deverá comprovar a formação em curso específico de acupuntura e uma capacitação adequada. Além disso, devem ser observados os padrões éticos da profissão e a garantia da segurança da pessoa atendida. Abaixo, esclarecemos algumas dúvidas sobre a questão.

## O que é a acupuntura?

A acupuntura, praticada há mais de 2 mil anos, é uma técnica de origem chinesa que consiste na estimulação de pontos do corpo humano através de instrumentos apropriados com finalidade terapêutica. A acupuntura tradicionalmente é realizada pela inserção de agulhas; entretanto, estímulos não invasivos estão ganhando espaço. A prática foi introduzida no Japão há mais de mil anos e na Europa no século XVIII. No Brasil, a acupuntura foi trazida pelos imigrantes japoneses há 87 anos. Estima-se haver 20 mil profissionais a praticando país, dentre os quais estão médicos, fisioterapeutas, biomédicos, farmacêuticos, psicólogos, enfermeiros, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais.

## Quais são os efeitos práticos da acupuntura?

Segundo o psicólogo e acupunturista Luiz Bernardo Leonelli, a prática tem efeitos cientificamente comprovados: analgésico, antiinflamatório, antitérmico e controle do sistema imunológico e antiestressante. Além disso, é eficaz no controle da ansiedade ligada à compulsão alimentar e ao consumo de drogas.

## Resolução CFP nº 005/2002

*Dispõe sobre a prática da acupuntura pelo psicólogo*

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e; CONSIDERANDO que a Acupuntura está incluída no Catálogo Brasileiro de Ocupações, editado pelo Ministério do Trabalho, em 1977, em convênio com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (Min.Trab./OIT/Unesco/BRA/70/550 nº 0.79-15 - Acupunturista), no qual se prevê que o acupunturista execute o tratamento de moléstias psíquicas, nervosas e de outros distúrbios orgânicos e funcionais;

CONSIDERANDO que os Conselhos da Área de Saúde, a propósito do Seminário sobre o Exercício da Acupuntura no Brasil, realizado em 1993 e promovido pela Secretaria de Vigilância Sanitária - MS/SVS/DETEN DSERV - DEHSA, em ofício assinado pelos conselhos federais da área da saúde, entre os quais o de Psicologia, recomendam o exercício democrático da Acupuntura pelos profissionais da área de Saúde no Brasil, desde que formados em curso específico, entre outras considerações;

CONSIDERANDO que a Justiça Federal reconheceu a Acupuntura como atividade profissional vinculada à Saúde Pública;

CONSIDERANDO que algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, criaram e autorizaram, por ato próprio, os serviços de Acupuntura na área da Saúde;

CONSIDERANDO que a prática da Acupuntura, no país, vem sendo ensinada desde 1958, conforme histórico da Acupuntura no Brasil, através de cursos que seguem normas instituídas pelo MEC;

CONSIDERANDO a utilização da Acupuntura como instrumento de ajuda e eficiência aos modelos convencionais de promoção de saúde;

CONSIDERANDO a proximidade de propósitos entre a Acupuntura e a Psicologia, no sentido da intervenção e ajuda ao sofrimento psíquico ou distúrbios psicológicos propriamente ditos (segundo Catálogo Brasileiro de Ocupações/MTE e a concepção da própria Acupuntura);

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em reunião realizada no dia 24 de maio de 2002;

RESOLVE:

Art.1º - Reconhecer o uso da Acupuntura como recurso complementar no trabalho do psicólogo, observados os padrões éticos da profissão e garantidos a segurança e o bem-estar da pessoa atendida;

Art. 2º - O psicólogo poderá recorrer à Acupuntura, dentro do seu campo de atuação, desde que possa comprovar formação em curso específico de acupuntura e capacitação adequada, de acordo com o disposto na alínea “a” do artigo 1º do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 2002.

Odair Furtado - Presidente do CFP

## Quem pode praticar a acupuntura?

Desde 1977, a acupuntura foi definida como atividade profissional na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho. Em 1995, a prática foi reconhecida como uma especialidade médica. “Atualmente, existe um movimento que pretende restringir a prática da acupuntura apenas a uma categoria e outro que pretende garantir o exercício democráti-

co dessa prática”, comenta Luiz Bernardo Leonelli. Além do Conselho Federal de Medicina e do CFP, outras entidades reconhecem a acupuntura como uma prática legítima: Conselho Federal de Fonoaudiologia, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Conselho Federal de Biomedicina, Conselho Federal de Enfermagem e Conselho Federal de Farmácia. Além disso, está em tramitação no Senado o Projeto de lei 67/95, que regulamen-



## Estante

### Vencendo o pânico sem drogas

De Luís Delfino. O livro é uma crítica à distorção em se tratar o transtorno do pânico e a depressão, deixando os fatores psicológicos em um plano secundário e privilegiando a utilização de drogas para a solução dos sintomas. A obra não apenas critica a abordagem médica, mas apresenta um novo modelo teórico sobre a causa do transtorno. Essa causa seria psicológica e teria a desordem eletroquímica no SNC como sua conseqüência. O livro pretende ainda inaugurar uma base de polarização para um debate que até agora não existiu de fato; quer fazer com que deixe de ser ponto pacífico o modo como a síndrome do pânico vem sendo diagnosticada e tratada à base de repressão química. Editora Parma, (19) 3824-5238, www.dm.psc.br. R\$ 28,00, 231 págs.

### Seminários de Zollikon

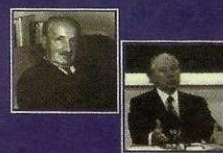
De Martin Heidegger. A Associação Brasileira de Daseinsanalyse lançou a tradução para o português do livro "Seminários de Zollikon", de Martin Heidegger. Essa obra é de grande interesse para psicólogos e psiquiatras, estudiosos da Fenomenologia e Psicossomática, uma vez que se trata da coletânea de seminários desenvolvidos na residência do médico psicoterapeuta Medard Boss, em Zollikon, Suíça. Nesses seminários, são discutidas diversas questões que possibilitaram a Medard Boss postular a Daseinsanalyse como método terapêutico fundamentado na Analítica do Dasein, explicitada por Heidegger em seu livro "Ser e Tempo". Editora Educ e Editora Vozes, (11) 3081-6468. R\$29,00, 310 págs.

### Cultura, cognição e afetividade: a sociedade em movimento

Organização de Sérgio Antônio da Silva Leite. A presente obra é produto do grupo de trabalho "Contextos Sociais do Desenvolvimento: Aspectos Evolutivos e Culturais", reunido no VIII Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), em Serra Negra (SP), maio de 2000. O grupo, formado por pesquisadores de diferentes áreas da Psicologia, tem analisado e pesquisado temas comuns relacionados com a questão da Cultura e do Desenvolvimento Humano por meio do diálogo entre as vertentes psicoetológica, construtivista e histórico-cultural. Neste livro, o olhar do grupo é direcionado para a questão da afetividade e suas relações com a cultura, assunto que se expressa em vários textos aqui apresentados, sendo direcionado a estudantes e profissionais da área. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600. R\$ 19,00, 162 págs.



Martin Heidegger  
Seminários de Zollikon



Editado por Medard Boss

A Psicodinâmica  
do Puerpério

Eliana Marcello De Felice



Normopatia



Flávio Carvalho Ferraz

### A psicodinâmica do puerpério

De Eliana Marcello De Felice. O livro traz uma análise psicanalítica do período pós-parto, uma etapa vital da maternidade. Nele são abordadas as principais vicissitudes emocionais por que passa a mulher nesse período, incluindo as angústias mais importantes e os processos psíquicos relacionados ao desempenho do papel materno quando a mulher se vê envolvida com os cuidados ao filho recém-nascido. A obra é baseada em uma pesquisa aprofundada com dezesseis mulheres primíparas no Curso de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP. Editora Vetor, (11) 283-0336, R\$ 20,00, 100 págs.

### Normopatia

De Flávio Carvalho Ferraz. O autor parte da contradição etimológica do termo normo (normal) + patia (doença) e discute o que vem a ser uma possível "doença da normalidade". A partir de um acurado estudo do termo em diversos teóricos (mais especificamente psicanalistas), o autor traz sua colaboração analítica e clínica para pensar essa questão do normal como patológico. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600. R\$15,00, 148 págs.

### Estresse

De Maria Auxiliadora de Almeida Arantes. As autoras desse livro, uma psicanalista e a outra médica, buscam esclarecer acerca dessa temática tão atual e presente exaustivamente em todas as mídias. Pensam o estresse em diversas situações e apresentam inclusive sua relação com um outro tema emergente, o *burnout*. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600. R\$14,00, 143 págs.

### Hipocondria – Impasses da alma, desafios do corpo

De Rubens Marcelo Volich. O livro retrata como a experiência hipocondríaca acaba por se constituir como uma das principais responsáveis pela escalada de manifestações que buscam no ato, nos comportamentos de risco, na mutilação intencional a tentativa última de fazer ouvir sua dor. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600. R\$28,00, 276 págs.

### Cataventos do sentir

De Luciana Gentilezza. O livro traz a experiência da autora com a análise de crianças, mostrando as emoções que transitam no relacionamento entre o analista e o paciente. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600. R\$23,00, 195 págs.

### Noção de objeto, concepção de sujeito: Freud, Piaget e Boesch

De Lívia Mathias Simão, Maria Thereza Costa Coelho de Souza e Nelson Ernesto Coelho Júnior. Neste livro, o leitor encontrará ensaios e debates realizados pelos professores e pesquisadores do Instituto de Psicologia da USP – Lívia Mathias Simão, Maria Thereza Coelho de Souza e Nelson Ernesto Coelho Júnior – sobre o estudo e a problematização das relações sujeito/objeto em três importantes teorias psicológicas: a psicanálise de Freud; o construtivismo genético de Piaget e o construtivismo simbólico-cultural de Boesch. A obra é um convite a estudantes, acadêmicos e profissionais da Psicologia, para uma exploração comparativa e crítica, buscando não só o aprofundamento na compreensão de cada teoria abordada, mas, principalmente, exercitar a reflexão sobre o *status* do sujeito na Psicologia contemporânea. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600. R\$14,00, 120 págs.

